

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JULIANA COSTA NORONHA

**A ATUAÇÃO DA AFRICOM EM COMBATE AO TERRORISMO NA ÁFRICA: O
CASO AL-SHABAAB NA SOMÁLIA**

GOIÂNIA

2021

JULIANA COSTA NORONHA

**A ATUAÇÃO DA AFRICOM EM COMBATE AO TERRORISMO NA ÁFRICA: O
CASO AL-SHABAB NA SOMÁLIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA

2021

Noronha, Juliana Costa 2021.

A Atuação da Africom em Combate ao Terrorismo na África: O Caso Al-shabaab na Somália. Juliana Costa Noronha – Goiânia, 2021.

Total de folhas: 75 f. il.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2021.

1. Africom. 2. Terrorismo. 3. África. 4. Somália 5. Al-Shabaab. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais. II. A Atuação da Africom em Combate ao Terrorismo na África: O Caso Al-shabaab na Somália.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JULIANA COSTA NORONHA

**A ATUAÇÃO DA AFRICOM EM COMBATE AO TERRORISMO NA ÁFRICA: O CASO
AL-SHABAAB NA SOMÁLIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me Giovanni Hideki Chinaglia (Orientador)

Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer

Prof. Dr. Paulo Henrique Faria Nunes

Dedico esse trabalho a Luiza e Sofia,
minhas irmãs. Espero que essa trajetória
possa servir inspiração para estes seres
que me fazem acreditar na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta estiveram comigo nessa jornada. Quero agradecer especialmente aos meus irmãos que foram minhas inspirações durante esses anos.

Fico grata à minha mãe por sempre trazer leveza nos momentos difíceis. Também sou eternamente grata pela segunda mãe que surgiu em meu caminho, Jovita, que sem seu apoio diário eu jamais estaria aqui.

Reconheço e sou grata por todo o companheirismo e união que surgiu entre mim, Ana Beatriz, Jessica e Yasmin, graças a este grupo a jornada foi possível.

Por fim, agradeço a PUC Goiás e aos professores que estiveram presentes nessa jornada. Em especial, quero agradecer ao orientador Giovanni Okado pela sua paciência e dedicação durante as orientações para este trabalho.

RESUMO

O objetivo da monografia é analisar a atuação da Africom em combate ao terrorismo na África. O impasse se orienta no sentido de compreender quais foram resultados e decorrências obtidas pela Africom através de suas ações em combate aos terroristas. A questão central é definida nas seguintes interrogativas: A Africom como um comando americano favorece ou impede a ascensão extremista? E a Africom consegue mitigar a ascensão terrorista na África? O argumento se baseia no fato de haver uma ação individualista dos EUA na África, com pouca coalizão internacional, podendo contribuir para o agravamento extremista. Além disso, argumenta-se que a Africom não tem conseguido reduzir o número de incidentes causados por tais grupos. Os aspectos do comando na guerra ao terror demonstram ações voltadas para exercícios, treinamento, cooperação e apoio em operações em grande parte da África, inclusive na Somália. Para chegar as conclusões, a metodologia escolhida é a qualitativa empírica histórica, aplicada através de revisão bibliográfica, dados estatísticos e do estudo de caso singular. A investigação acerca da atuação do comando na Somália em combate ao Al-shabaab conduz o estudo de caso. Os dados estatísticos proporcionaram para a resolução de que o Al-Shabaab teve crescimento e incidentes significativos. Com base na pesquisa, compreende-se que houve aumento de incidentes causados por grupos terroristas na Somália, este fato que corrobora para a falta de uma cooperação dos Estados Unidos através da Africom com atores internacionais para combater os terroristas. Identifica-se também, que a Africom enfrenta desafios para conter grupos extremistas na África como um todo.

Palavras-chave: Africom. Terrorismo. África. Somália. Al-Shabaab.

ABSTRACT

This paper aims to analyze Africom's role in combating terrorism in Africa. The impasse is oriented towards understanding the results and consequences obtained by Africom through its actions in combating terrorists. The central question is defined in the following questions: Does Africom as an American command favor or prevent the extremist rise? And is Africom able to mitigate the rise of terrorists in Africa? The argument is based on the fact that there is an individualist action by the USA in Africa, with little international coalition, which can contribute to the extremist aggravation. Furthermore, it is argued that Africom has not been able to reduce the number of incidents caused by such groups. The command aspects of the war on terror demonstrate actions aimed at exercises, training, cooperation and support in operations in much of Africa, including Somalia. To reach the conclusions, the chosen methodology is the historical empirical qualitative, applied through bibliographical review, statistical data and singular case study. The investigation about the role of the command in Somalia in combating Al-shabaab leads the case study. Statistical data provided for the resolution that Al-Shabaab had significant growth and incidents. Based on the research, it is understood that there has been an increase in incidents caused by terrorist groups in Somalia, which corroborates the lack of cooperation between the United States through Africom and international actors to combat terrorists. It is also identified that Africom faces challenges to contain extremist groups in Africa as a whole.

Keywords: Africom. Terrorism. Africa. Somalia. Al-Shabaab.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Forças Tarefas com apoio da Africom	38
Tabela 2. Treinamentos executados com apoio da Africom ou pelo Comando.	39
Tabela 3. <i>Theater Security Cooperation Programs</i> (TSCP)	41
Tabela 4. Somália nos índices dos 10 países que mais sofreram com ataques terroristas entre 2009 a 2017	54

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. As bases estrangeiras no Djibuti, 2018	36
Figura 2. O Exército dos EUA na África, 2018.....	37
Figura 3. Zona com grande influência do Al-Shabaab	55
Figura 4. Incidentes Perpetrados pelo Al-Shabaab na Somália, 2007-2019.....	57
Figura 5. Sucesso dos Ataques Perpetrados pelo Al-Shabaab na Somália, 2007-2019.....	57
Figura 6. Fatalidades e Feridos por Ataques Perpetrados pelo Al-Shabaab na Somália, 2007-2019.....	58
Figura 7. Fatalidades Totais x Fatalidades dos Perpetradores, 2007-2019.....	59
Figura 8. Eventos Terroristas Praticados pelo Al-Shabaab por Tipo de Ataque, 2009-2019...	59
Figura 9. Eventos Terroristas Praticados pelo Al-Shabaab por Alvo de Ataque, 2009-2019 ...	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM - Comando dos Estados Unidos para a África

ACOTA – *African Contingency Operatios Training and Assistance*

ACRF – *African Crisis Response*

ACRI – *African Crisis Initiative*

ACOORD – Programa de Exercícios, sigla em inglês

AQIM – *Al-Qaeda in the Islamic Maghreb*

APSA – Arquitetura Africana de Paz e Segurança

AMISON – *African Union Mission in Somalia*

CUA – Comissão da União Africana

CENTCOM – *Central Command*

CJTF – HOA – *Combined Joint Task Force – Horn of Africa*

COI – Capacidade Operacional Inicial

COT – Capacidade Operacional Total

ECOWAS – *Economic Community of West African States*

ESS – Estratégia de Segurança da União Europeia

EUCOM – Comando Europeu

GPOI – *Global Peace Operations Initiative*

JAES – *Joint Africa-EU Strategy*

MNJTF – *Multinational Joint Task Force*

NSS – *National Security Strategy*

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PACCOM – Comando do Pacífico

PSO – *Peace Support Operations*

START - Consórcio Nacional para o Estudo do Terrorismo e Resposta ao Terrorismo (sigla em inglês)

TSCP – *Theater Security Cooperation Programs*

UA – União Africana

UNITAF – *Unified Task Force*

UNOSOM – Operação das Nações Unidas na Somália

UTI – União dos Tribunais Islâmicos

VEO -*Violent Extremist Organization*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 AS DINÂMICAS DE SEGURANÇA NA ÁFRICA EM RELAÇÃO ÀS GRANDES POTÊNCIAS: DA GUERRA FRIA À GUERRA AO TERROR	15
1.1 A ÁFRICA COMO UM AMBIENTE NAS RELAÇÕES DE SEGURANÇA E DEFESA: O CENÁRIO AFRICANO NA DÉCADA DE 1990.....	15
1.2 RELAÇÃO ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA NO ÂMBITO DE SEGURANÇA E INTERESSES	17
1.3 OUTROS ATORES ENVOLVIDOS: CHINA	22
1.3.1 Europa e União Europeia	24
1.3.2 Rússia	27
1.4 GUERRA AO TERROR NA PERSPECTIVA AMERICANA E O ENVOLVIMENTO NA ÁFRICA	29
2 COMPREENDENDO A AFRICOM: DIRECIONAMENTO PARA GUERRA AO TERROR, PROCEDIMENTOS E CRÍTICAS.....	33
2.1 AFRICOM COMO UM ELEMENTO DE SEGURANÇA: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS	33
2.2 AFRICOM SOB A PERSPECTIVA DO COMBATE AO TERRORISMO.....	42
2.3 PREOCUPAÇÕES E RECEIOS GERADOS ATRAVÉS INSTALAÇÃO DO COMANDO MILITAR DOS ESTADOS PARA A ÁFRICA.....	44
3 CONSTRUÇÃO DE VIOLÊNCIA NA SOMÁLIA: O AL-SHABAAB COMO CONSEQUÊNCIA E OS DESAFIOS CONTRA O TERRORISMO.....	47
3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA NA SOMÁLIA.....	47
3.2 OBJETIVOS E MÉTODOS DO GRUPO TERRORISTA AL-SHABAAB: ANÁLISE DOS INCIDENTES PERPETRADOS E AÇÕES DA AFRICOM PARA COMBATÊ-LOS.....	53
3.3 A AFRICOM E OS PARCEIROS ESTÃO CONSEGUINDO COMBATER O AL-SHABAAB?	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a atuação da Africom no combate ao terrorismo na África, tendo como estudo de caso o combate ao grupo extremista Al-Shabaab, que atua na Somália. A Africom foi criada em 2007 com objetivos assegurar os interesses americanos através de cooperação e desenvolvimento. Estes interesses direcionam para várias ações, entre elas, o de combate ao terrorismo. Os grupos terroristas colocam em risco objetivos dos Estados Unidos. O estudo sobre presença da Africom na África em combate ao terrorismo, em especial na Somália, contribui para compreender possíveis desafios enfrentados pelo comando em relação a ações realizadas por grupos extremistas.

A escolha do tema sobre a atuação da Africom em combate ao terrorismo na África se faz necessária, pois o continente tem caracterizado um aumento na violência perpetrada por grupos extremistas, como o Al-Shabaab na Somália. Além disto, o debate sobre o terrorismo também se faz importante pelo fato de o continente estar buscando uma maior inserção no sistema internacional. Outrossim, o combate aos grupos terroristas pode assegurar que os objetivos de cooperação e desenvolvimento também sejam alcançados (ALEX UGWUJA, 2018).

A questão central se baseia nas interrogativas seguintes: a Africom atuando como um comando militar exclusivamente americano consegue combater os grupos extremistas na África ou proporciona um ambiente favorável para tais grupos operarem? E desde sua inserção a Africom conseguiu combater grupos terroristas na África?

Dessa forma, argumenta-se que ação militar independente dos Estados Unidos pode contribuir para aumento de grupos terroristas, visto que o comando é unicamente americano, que reserva apenas algumas parcerias para treinamentos e operações. A premissa anterior se conecta com um segundo argumento, de que o comando militar americano não consegue conter o aumento de incidentes causados por grupos terroristas. As respostas para tais argumentos não são positivas para a Africom, visto que, de fato, houve aumento no número de grupos e incidentes terroristas desde o início das operações, e a forma como a Africom age, quase que unilateralmente, e com menos presença do que em outros países podem ter contribuído para esta ascensão extremista.

Para responder a responder à pergunta sobre a contenção de grupos terroristas pela Africom, é imprescindível explorar o contexto histórico da África e da Somália, entender as justificativas e interesses dos Estados Unidos no território, assimilar como foram as recepções

e críticas dos atores africanos e estrangeiros com a chegada da Africom, explorar outros atores envolvidos, compreender os aspectos do comando em relação em combate a grupos extremistas e analisar os dados sobre ataques terroristas, seus métodos, alvos e objetivos.

A metodologia aplicada é qualitativa de cunho empírico histórico, que utiliza como material dados disponíveis no site da Africom, revisões bibliográficas e estatísticas originárias de fontes oficiais e notícias que tratam da problemática abordada. É necessário apontar que a monografia não possui uma obra ou autor como referencial teórico, as fontes foram retiradas a partir de livros, artigos, dados, documentos oficiais e notícias diversas. A metodologia colabora para a seleção de informações dos assuntos abordados e para construção do estudo singular.

O estudo de caso foi designado, pois considera-se um aspecto histórico bem definido que é selecionado para análise (BENNET, 2002), que nesta monografia se identifica a partir exploração do caso do Al-Shabaab na Somália de 2007 até 2019. O estudo de caso único pode afirmar uma teoria ou colocá-la em contradição (BENNET, 2002), entretanto, utilizar os eventos ocorridos no território somali pode contribuir para o objetivo do trabalho, pois a Africom tem as mesmas táticas em todos os países que está presente.

Estudar o contexto da Somália foi escolhido porque o país demonstra um cenário de violência extrema há décadas. O período temporal para investigar o ambiente da Somália foi após a Guerra Fria. Este momento foi caracterizado pelo aumento de violência, por causa da perda das instituições que geriam o país. Além disso, este cenário proporcionou a ascensão de grupos islâmicos radicais resultando na criação do grupo extremista Al-Shabaab, adversário da Africom na Somália.

O trabalho é discorrido em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo perpassa brevemente pelo contexto histórico da África na Guerra Fria e no pós-guerra, possibilitando a compreensão da inserção de atores externos e suas contribuições para a situação política e militar dos países africanos. Este período é importante estudar porque muitos ataques terroristas perpetrados na África se intensificaram após a Guerra Fria (LUTZ; LUTZ, 2008). Em seguida, discorre, especificamente, sobre a atuação da China, Rússia e do bloco europeu. Ao final deste capítulo, trata-se da perspectiva americana sobre o terrorismo e a guerra ao terror, bem como de suas implicações, para nortear os objetivos da Africom no âmbito de segurança.

O segundo capítulo será direcionado para descrever sobre os aspectos da Africom. Com isso, entende-se que os objetivos do comando vão além da cooperação e desenvolvimento, envolve também treinamentos e operações com parceiros regionais (DUARTE, 2014). O combate ao terrorismo é foco no âmbito de segurança da Africom, não somente para trazer paz

à população, mas também garantir interesses africanos e americanos. O comando está presente principalmente na região do Sahel, onde busca minimizar a violência causada por grupos extremistas, fora dessa região, tem-se as ações para a contenção do Al-Shabaab na Somália.

A partir de informações coletadas no site da Africom serão apresentados com mais detalhes os treinamentos e as parcerias de cooperação. Dessa forma, compreende-se quais os propósitos, meios empregados e parceiros envolvidos nestas movimentações. Por fim, o capítulo dois explora as críticas que a Africom recebeu desde seu anúncio, tanto de atores regionais quanto de analistas que estudam o contexto africano. Tal assunto demonstra que a inserção de um comando na África foi muito criticada por ser implementado de forma prematura, sem diálogo direto com atores africanos, e por ratificar interesses no petróleo, conter a China e apresentar um risco de militarização no continente.

O terceiro capítulo é reservado para o estudo de caso e para as observações a respeito da atuação da Africom em combate ao Al-Shabaab na Somália de 2007 até 2019. A composição histórica demonstra que a situação do país se agravou depois de 1990 com a queda do ditador Said Barre. A Somália ficou em uma situação de um território sem governo efetivo, fragmentado e governado por clãs, e a ascensão islâmica ficou evidente (PENNA FILHO, 2011). No decorrer desse período, identifica-se que houve momentos que contribuíram para o aumento da violência, mas que poderiam ter sido evitados, como intervenções consideradas desnecessárias. A situação da Somália contribuiu para o surgimento de grupos extremistas, entre eles o Al-Shabaab, e devido a isso a segunda seção do terceiro capítulo será responsável por descrever sobre este grupo.

Para concluir o último capítulo, os dados do *Global Database Terrorism* (GTD) são utilizados e compilados em forma de gráficos e tabelas. Os conhecimentos obtidos do GTD sobre incidentes, alvos, mortos, feridos e métodos de ataques são importantes para entender se os Estados Unidos, a Africom e parceiros conseguiram obter resultados desejáveis em combate ao Al-shabaab.

Ao discorrer os três capítulos, entende-se que a Africom não atingiu resultados significativos em combate ao Al-Shabaab, demonstrando que o comando não consegue reprimir o aumento de incidentes causados pelos terroristas. E que sua atuação pode ter contribuído para o aumento da violência, visto que os esforços se deram mais em sentido unilateral e de contenção superficial devido a outros interesses. Isso pode supor a possibilidade de o comando estar enfrentando as mesmas dificuldades em outras regiões do continente, porque, como pontuado anteriormente, comporta-se com os mesmos pressupostos nas regiões que está presente.

1 AS DINÂMICAS DE SEGURANÇA NA ÁFRICA EM RELAÇÃO ÀS GRANDES POTÊNCIAS: DA GUERRA FRIA À GUERRA AO TERROR.

O capítulo tem como objetivo apresentar o panorama internacional das relações entre grandes potências e países africanos que resultaram gradualmente em elementos de combate ao terrorismo. Esse panorama se estende desde considerações referentes ao período da Guerra Fria, pois foi um momento de intensificação das relações de segurança e defesa entre os atores envolvidos, até o período atual. O debate citado acima será percorrido na primeira seção.

A análise das inserções de países como Estados Unidos, França, China, União Soviética e Rússia são imprescindíveis e serão abordadas a partir da segunda seção, pois permite compreender se houve motivações além das questões de segurança e cooperação para envolvimento no continente africano.

Por fim, o estudo da definição de terrorismo e guerra ao terror será elencado para entender a visão americana sobre o processo, este debate será inserido na última seção. O atentado às torres gêmeas em 2001 foi um marco para a mudança da política externa americana no âmbito de segurança. Após este evento o governo de George W. Bush determinou ações que intensificaram a guerra ao terror e que futuramente deram espaço, mesmo que de forma indireta para a criação do Comando dos Estados Unidos para a África, a Africom.

1.1 A ÁFRICA COMO UM AMBIENTE NAS RELAÇÕES DE SEGURANÇA E DEFESA: O CENÁRIO AFRICANO NA DÉCADA DE 1990

O cenário traçado no período da Guerra Fria (1947-1991) é importante para entender os aspectos que levaram à adoção de medidas e treinamentos militares na África de um modo geral, pois o conflito entre Estados Unidos e União Soviética também se materializou no continente e trouxe episódios significativos que auxiliaram no processo de criação da Africom. Além do mais, Lutz e Lutz (2008) reforçam que muitos ataques terroristas perpetrados nas últimas décadas estavam, de certa forma, relacionados com conflitos que surgiram durante a Guerra Fria.

Em especial, houve uma forte atuação da União Soviética nos países africanos que, segundo Clapham (1996), contribuiu para o acúmulo de armas entre grupos e líderes onde havia conflitos. O valor médio anual de importação de armas para a África subsaariana foi tão significativo que, entre os anos de 1974 e 1976, contabilizou cerca de US\$ 820 milhões, grande parte dos armamentos era fornecido pela União Soviética. O autor também afirma que os

Estados Unidos proporcionaram aos líderes anticomunistas armas suficientes para combater os adversários. Vale destacar que alguns dos principais receptores de armas nesse período foram Etiópia, Chade, Libéria, Moçambique, Angola, Somália, Sudão, a atual República Democrática do Congo (CLAPHAM, 1996), e o Egito, mais ao norte da África (CHEVTCHENKO, 2020).

Putnam (2009) argumenta que nesse período de Guerra Fria e intervenção de potências no continente africano havia certa tendência das potências em apoiar regimes autoritários e predominantemente militarizados. Em muitos casos, os custos militares ultrapassavam os sociais, e os poucos projetos de desenvolvimento não se sustentavam. Além disso, os programas de assistência foram acusados de serem executados para beneficiar as elites (DEMPSEY, 2009).

Um dos motivos que levou a Guerra Fria a chegar até a África foi especialmente o interesse por recursos minerais, como o petróleo, que está presente em vários países, ou seja, a região era de extremo interesse geoestratégico dos Estados Unidos e da União Soviética (CLAPHAM, 1996), e posteriormente da China (NGBOAWAJI, 2013). Ademais, conforme Ngboawaji (2016) evidencia, a África possui também cerca de 8% do total mundial de reserva de gás, o que consequentemente atrai a atenção internacionalmente.

Internamente, o controle político também direcionava quais seriam as alianças externas, apresenta-se casos como o da Etiópia, que era ideologicamente ligada aos Estados Unidos, da Somália conectada à União Soviética e do Sudão, que fez mudanças na sua política externa, de acordo com os seus interesses nacionais (CLAPHAM, 1996). Nesse ínterim foram registrados no continente africano inúmeros conflitos internos ou entre atores e revoluções com objetivo políticos, ideológicos ou de derrubada de poder (VISENTINI, 2016).

Um aspecto interessante abordado por Visentini (2016) é que as revoluções ocorreram, em muitos casos, nas fases de processo de construção do estado, com exceção da Etiópia que fortaleceu seu poder estatal assim que foi constituído. Movimentos de guerrilhas começaram a se intensificar após os anos de 1960, muitos com aspectos ideológicos como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Moçambique, que apesar de agrupar várias tendências internas era apoiada pela China. A Etiópia também viveu momentos de tensões, com a ascensão de Mengistu Haile Marian (1977) que se denominava socialista e era apoiado pela URSS e Cuba, resultando em ataques perpetrados por separatistas predominantes na Somália respaldados pelos Estados Unidos e outras nações. Analisando estes aspectos, pode-se compreender que as tensões vividas na Guerra Fria podem ter sido agravadas pelo apoio dado aos atores envolvidos pelas potências contrárias (VISENTINI, 2016).

Após o fim da Guerra Fria, a importância da África para os Estados Unidos reduziu, pois a partir desse momento a política externa americana se dicionaria porque passariam a se

envolver mais em assuntos que fossem de interesse nacional, além de que a participação dramática dos EUA na Somália em 1993 foi considerada um dos motivos de afastamento das missões de paz, preferindo agir mais com treinamentos (ADAM; SHUTZ, 2019).

Com a desintegração da União Soviética, a oferta de armas se reduziu e os países africanos que eram importadores desse item não encontraram mais um mercado favorável, principalmente porque os Estados não tinham recursos financeiros para efetuar compras (CLAPHAM, 1996). No entanto, Clapham (1996) acentua que a partir desse momento os países africanos puderam se tornar atores mais significativos no contexto doméstico no sentido de resolver seus conflitos internos sem medo de apoio de grandes potências aos grupos contrários, a exemplo tem-se os casos da África do Sul e Etiópia.

Mesmo se tornando atores mais significativos nas suas regiões, países africanos sofreram com o fim da guerra. Os anos seguintes foram de grandes desafios econômicos e sociais, além de conflitos militares. A globalização a partir de 1990 evidenciou ainda mais as desigualdades africanas. O comércio ilegal de armas, drogas, contrabando, pirataria e outros cresceram (OLIVEIRA, 2009). Ademais, foram detectadas tensões na região de Darfur no Sudão, instabilidade política no Congo e Zimbábue e outros conflitos que não se restringem apenas a armados. Nos anos de 1990, ao se falar sobre África, um aspecto pessimista pairava (PENNA FILHO, 2012).

1.2 RELAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA NO ÂMBITO DE SEGURANÇA E INTERESSES

Lawson (2007) trabalha a política dos Estados Unidos pós-Guerra Fria em relação à África como um período de transição, que é destacado em três fases. A primeira se dá logo com o fim da Guerra Fria, quando os principais atores envolvidos no continente (Estados Unidos, França e Grã - Bretanha) anunciaram investimentos voltados para a democratização, dessa forma, retiraram investimentos de países que não demonstravam interesse e transferiram para os que se mostraram dispostos. Entretanto, percebe-se que mesmo com essa iniciativa, estava sendo registrado desde a década de 1980 uma redução gradual de investimento, e isso pode ser argumentado pelo fato de os EUA terem extinguido o apoio que oferecia aos aliados da Guerra Fria. A intervenção militar na Somália declarada pelo Conselho de Segurança das Organização das Nações Unidas e liderada pelos Estados Unidos entre 1992 e 1993 foi um grande marco da primeira fase, pois o país estava à beira de um colapso (LAWSON, 2007).

O segundo período inicia com a retirada das tropas militares deste país em 1994. Esta debandada pode ser indicada pelo interesse do governo de Bill Clinton de diminuir a participação dos Estados nas missões da Organização das Nações Unidas (ONU) com interesse apenas de ajuda humanitária. A partir desse momento as intervenções seriam baseadas nos interesses internos e no risco à paz e segurança internacionais (LAWSON, 2007).

Nesse cenário de mudanças da política externa americana e com o objetivo de não ter que intervir em países africanos com conflitos, Lawson (2007) explica a negligência norte-americana em relação ao genocídio em Ruanda. Os Estados Unidos não interviram, mesmo tendo a obrigatoriedade de o fazer de acordo com a Convenção de Genebra. Depois de milhares de mortos, o único país a responder à intervenção da ONU foi a França (LAWSON, 2007). Um ano após o genocídio, em 1995, alguns integrantes do Pentágono declararam que os Estados Unidos deveriam continuar indiferentes à África pelo fato de haver pouco interesse estratégico e de segurança (PHAM, 2011)

Por fim, o terceiro período caracteriza-se quando, por diversos fatores, os Estados Unidos perceberam que não poderiam deixar de atuar na África, mas em especial devido aos recursos naturais, esta percepção se deu no segundo mandato de Bill Clinton, em 1997. Fica claro que cada vez mais precisariam adquirir petróleo estrangeiro, e que a África teria possibilidades de fornecer este bem tanto quanto o Oriente Médio (LAWSON, 2007).

Para isso, governo de Bill Clinton buscou alinhar os interesses americanos e a política de não intervenção à ideia de que boa parte do investimento financeiro e treinamento poderia vir dos Estados Unidos, mas que a resolução dos conflitos, questões políticas e econômicas ficariam a par dos estados africanos (LAWSON, 2007). As medidas tomadas a partir da nova posição americana culminaram diretamente na criação da Africom, dado que muitas iniciativas militares de treinamento surgiram após essa nova política.

Em 1996 houve a primeira proposta voltada para essa retórica de Clinton, o governo americano ofertou a criação da *African Crisis Response Force* (ACRF), com o objetivo criar uma força composta por cerca de cinco mil soldados africanos que seriam treinados por países ocidentais, como os EUA, para que pudessem responder rapidamente as missões de paz da ONU, contudo, não houve uma boa recepção desse projeto por parte dos envolvidos e da Grã-Bretanha e França, que também atuavam com treinamentos militares. Além do mais, este programa foi proposto em um cenário de receio em que Burundi pudesse ter um conflito tão grave quanto o de Ruanda (LAWSON, 2007).

Diante disso, a ACRF foi reformulada e no final de 1996 se tornou a *African Crisis Response Initiative* (ACRI), voltada para treinamentos e oferecimento de equipamentos, mas

com o objetivo de manutenção da paz. Dessa vez países como Malawi, Senegal e Uganda tiveram uma boa aceitação. Lawson (2007) demonstra que a ACRI recebeu várias críticas, entre elas, a alegação de que equipamentos estavam sendo desviados do propósito e que os militares não careciam de treinamentos, mas sim de logística e financiamento.

Diante das críticas sofridas durante a implantação dos projetos de treinamento ficou evidente em alguns momentos que o apoio logístico e financeiro realmente seria importante para a instauração e manutenção de paz, tanto que Lawson (2007, p. 5) relata que

Implantações recentes da União Africana (UA) no Sudão e da ECOWAS na Costa do Marfim e na Libéria sugerem que, com apoio financeiro e logístico externo suficiente, essas organizações podem dar uma contribuição importante para a manutenção da paz, mas apenas como parceiros juniores em coalizões internacionais para o futuro previsível. Na Costa do Marfim e na Libéria, a ECOWAS estava disposta e capaz de implantar de forma rápida e eficaz (uma vez que o apoio financeiro e logístico adequado foi garantido pela França e pelos Estados Unidos, respectivamente), mas precisava de reforço em pouco tempo.¹

Em vista disso, a ACRI foi também remodelada e deu origem a *African Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA) em 2002, direcionada para o estabelecimento e manutenção de paz de acordo com as características e necessidades de cada país onde atuava (LAWSON, 2007). Grey (2006) identifica que somente em 2004 a ACOTA treinou mais de nove mil soldados. Entre 1997 e 2005 países como Benin, Quênia, Etiópia, Gana, Malawi, Botswana, Mali, Moçambique e Senegal receberam os treinamentos dos programas citados anteriormente (LAWSON, 2007). Vale lembrar que, na visão de funcionários do governo americano, nem a ACOTA nem o ACRI são consideradas organizações contraterroristas, ambas visam à manutenção da paz (GREY, 2006).

O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 deu início ao que se conhece atualmente como “guerra ao terror”. Logo após o ataque, o governo americano iniciou a busca contra os autores do crime. Osama Bin Laden, da Al-Qaeda, havia confessado ser o mandante através de um áudio divulgado pelos Estados Unidos. Neste momento o Afeganistão tornou-se uma região alvo do contra-ataque americano, a finalidade era derrubar a Al-Qaeda e o governo Talibã, que o apoiava (NETO, 2010).

¹ No original: “Recent deployments by the African Union (AU) in Sudan, and ECOWAS in Côte d’Ivoire and Liberia suggest that with sufficient external financial and logistical support these organizations can make an important contribution to peacekeeping, but only as junior partners in international coalitions for the foreseeable future. In Côte d’Ivoire and Liberia, Economic Community of West African States (ECOWAS) was willing and able to deploy quickly and effectively (once adequate financial and logistical support was guaranteed by the France and the United States, respectively), but needed reinforcement in short order” (LAWNSON, 2007, p. 5).

O atentado ao *World Trade Center* fez com que os Estados Unidos dessem novamente mais atenção para a África. Isto ocorreu devido a alguns fatores estratégicos, sendo que um deles foi a crescente ameaça terrorista no território africano que, possivelmente ameaçavam a segurança nacional (BERNADINO, 2007). Ademais, o governo americano também percebeu a importância do continente africano depois do ataque terrorista pelo fato de Osama Bin Laden ter vivido vários anos no Sudão e porque, supostamente, Saddam Hussein possuía urânio vindo da África (TAVARES, 2008).

Perante isso, a gestão de George W. Bush inicialmente tinha três focos na região: gerar uma cooperação militar, auxiliar no desenvolvimento e manter a democracia nos países parceiros. Percebe-se, então, que nesse momento a prioridade dos EUA em promover treinamentos a soldados dos países parceiros na África se manteve (TAVARES, 2008), tanto que em 2005 a ACOTA foi integrada à *Global Peace Operations Initiative* (GPOI)², a qual, além do treinamento, também oferece apoio logístico (apontado anteriormente como carência nos programas ofertados). E foi depois dessa integração que, por fim, a Nigéria e África do Sul aceitaram participar do programa (LAWSON, 2007).

No combate ao terrorismo, faz-se necessário analisar documentos da *National Security Strategy* (NSS) de 2002 e da *National Strategy for Combating Terrorism*, adotado em 2006, uma vez que ambos mostravam a visão da segurança americana após os ataques às torres gêmeas. A NSS declarou que a América vinha sendo mais ameaçada por Estados falidos, e devido a isso se comprometeu junto com os parceiros europeus a trabalhar por uma África forte e que seja capaz de barrar refúgios terroristas. Diante disso, estabeleceu estratégias que visam principalmente fortalecer os Estados com fronteiras mais próximas do Oriente Médio, juntamente com mais três outros objetivos específicos,

[...] A NSS estabelece três estratégias interligadas para a África: dar "atenção concentrada" a Estados-âncora como a África do Sul, Nigéria, Quênia e Etiópia, coordenando com aliados europeus e instituições internacionais para mediação construtiva de conflitos e operações de paz, e fortalecer os estados e organizações sub-regionais capazes de reformar a África como o meio principal de lidar com as ameaças transnacionais, o que se soma essencialmente a mais "soluções africanas para os problemas africanos" (LAWSON, 2007, p. 9, tradução nossa³).

² Este programa teve o objetivo de treinar cerca de 75 mil soldados para manutenção da paz, além de buscar um transporte internacional e logística para auxiliar as forças de paz. O projeto tinha duração de cinco anos, era apoiado pelo projeto de ação do G-8 e tinha foco principal na África (LAWNSON, 2007).

³ No original: "The NSS sets out three interlocking strategies for Africa: giving "focused attention" to anchor states such as South Africa, Nigeria, Kenya, and Ethiopia, coordinating with European allies and international institutions for constructive conflict mediation and peace operations, and strengthening Africa's capable

Aliado a isso, a NSS declarou que fortalecer os Estados frágeis cooperando junto com os aliados europeus era importante para que os terroristas não ganhassem espaço. Ademais, a estratégia de segurança americana de 2002 ressaltou que “não faz distinção entre aqueles que praticam o terrorismo e aqueles que os ajudam⁴” (NSS, 2002, p. 5 apud LIMA, 2006, p. 91, tradução nossa).

Ao analisar integralmente o documento observa-se sua preocupação com os regimes autoritários emergentes em vários locais, entre eles, a África. O registro mostra que, além da caça ao Talebã e à Al-Qaeda, havia a preocupação com grupos terroristas treinados que se estabeleciam em várias regiões do globo. Deste modo, a prioridade da NSS seria destruir e incapacitar as redes terroristas impedindo o financiamento dos grupos e incentivando os parceiros regionais a combatê-los, inclusive, as relações bilaterais se destacaram como essenciais para vencer a luta contra o terrorismo (NSS, 2002).

A NSS de 2010 continuou ressaltando a luta contra o terrorismo e a rede Al-Qaeda. Salientou que continuaria buscando melhorar a capacidade militar no contraterrorismo e que se esforçaria para evitar que grupos terroristas tivessem posse de armas nucleares. A cooperação, diplomacia, desenvolvimento e relação com organizações regionais, como a União Africana, foram meios abordados e defendidos para lidar com o extremismo. Apesar da Africom não ser mencionada no documento, o NSS de 2010 corroborou a intenção de continuar treinando e mantendo tropas equipadas que seriam direcionadas à manutenção da paz (NSS, 2010).

Bernadino (2007) estuda a *National Strategy for Combating Terrorism*, que foi uma estratégia para lidar com a ameaça global, com o objetivo de limitar o crescimento dos grupos extremistas que estão localizados em regiões que ameaçam à segurança regional e internacional. Pham (2011) demonstra que os Estados fracos/falidos⁵ podem proporcionar um ambiente ideal para a proliferação de grupos terroristas, inclusive a NSS de 2002 destaca que Estados fracos são propensos ao surgimento de grupos terroristas que produzem ameaças tanto quanto países fortes. Nesse sentido, existem países africanos que podem se encaixar nesse contexto. Os

reforming states and subregional organizations as the primary means of addressing transnational threats, which adds up essentially to more 'African solutions to African problems'”(LAWNSON, 2007 p.09).

⁴ No original: “We make no distinction between terrorists and those who knowingly harbor or provide aid to them” LIMA, 2006, p. 91 apud NSS, 2008).

⁵ O conceito de Estados Falidos ou Falhados, como é utilizado pelo autor foi abordado a partir da década de 1990. Ruben Abrantes (2013) diz que é usado para definir Estados que contam com um grande número de conflitos e que estão a ponto de entrar em colapso. Isto se torna tão grave que pode ameaçar a segurança regional e internacional. O Fundo da Paz utiliza 12 indicadores no contexto para caracterizar um Estado Falido que envolvem questões sociais, econômica, política, militar e coesão. Os países do topo desse indicador são Congo, República Centro-Africana, Síria, Iêmen, Somália e Sudão do Sul (ABRANTES,2013).

atendados às embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia em 1998 demonstram o risco que os Estados falidos são para os EUA (PHAM, 2011).

Os países que fazem parte do Sahel têm índices que caracterizam um Estado falido. O Sudão, Chade e Nigéria representam taxas que os classificam nas categorias de alerta e muito alerta, de acordo com o Fundo pela Paz de 2019. Porém, os números foram maiores para a Somália e Congo, fora do Sahel, que apresentam níveis de alerta máximo. Em todos esses locais, é notável a presença de ataques terroristas e aumento do islamismo. Grupos como a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM), Al-Shabaab e Boko Haram têm tido cada vez mais influência nestes territórios (GALITO, 2013) e tem se tornado, também, alvos da guerra do combate ao terror.

1.3 OUTROS ATORES ENVOLVIDOS: CHINA

O interesse chinês no continente africano não é recente e nem apenas comercial como aponta João Paulo de Moura Alves (ADISU; SHARKEY; OKOROAFO, 2010 apud ALVES, 2015). Na verdade, o autor afirma que os europeus e os estadunidenses apenas perceberam a inserção chinesa após a crise de 2008, quando a África passou a ser uma zona da política internacional em que atores disputavam recursos e enfrentavam dilemas diplomáticos. Mas foi a partir da década de 1950, em um contexto de Guerra Fria e formação da República Popular da China, que houve um aumento das proximidades políticas com países da África. A Conferência de Bandung⁶, que se deu no processo de descolonização da África, exemplificou esse interesse chinês com a cooperação africana.

No contexto de Guerra Fria, nos anos de 1970, a China, assim como Estados Unidos e União Soviética, ofereceu armas e treinamentos para organizações que buscavam independência nacional, guerrilheiros e outras forças. Da mesma forma agiu a China, através de parcerias com atores como a Organização da Unidade Africana (OUA) que atuou com fornecimento de armamentos para grupos de alguns países⁷ que buscava libertação nacional e movimentos de guerrilha, entretanto, tais ações também visavam conter a atuação da União Soviética. Na década de 1970 as relações China e África so tornaram próximas ao ponto de 25 novas nações africanas terem estabelecido relações diplomáticas com a China (HONG-MING, 2004).

⁶ A conferência ocorreu em 1955, e mais de 30 países asiáticos e africanos participaram. Foram debatidos assuntos sobre cooperação econômica, direitos humanos e autodeterminação, problemas dos países dependentes e entre outros (REIS; RESENDE, 2009).

⁷ Tanzânia e Zâmbia (HONG-MING, 2004).

Fugindo das políticas ideológicas que a China vivia a partir dos anos de 1980 e das reformulações internas, novas políticas encabeçadas por Deng Xiaoping em relação à África foram aplicadas. Viu-se uma política mais diplomática e aberta, evitando temas ideológicos. Este período foi caracterizado pelo melhoramento das relações sino-africanas e aumento da influência chinesa. No âmbito econômico, a década de 80 foi marcada por visitas do primeiro-ministro chinês Zhao Ziyang a 11 países africanos com finalidade de aperfeiçoar as relações econômicas entre China e África (HONG-MING, 2004).

Já na década de 1990, além dos interesses políticos, observa-se que um dos principais objetivos da China era obter recursos energéticos, como o petróleo, pois o país tinha interesse em adquirir recursos de países africanos onde os Estados Unidos ainda não se faziam tão presentes. Além disso, viu-se a inserção no continente como método de consolidar a sua atuação na esfera de cooperação e diplomacia. A China conseguiu inserir-se em alguns países da África principalmente devido à política de respeito à soberania e à não intervenção, e esse fator foi bem recebido no meio político africano (VISENTINI, 2013 apud ALVES, 2015).

Países africanos ricos em petróleo são considerados alvos da China, visto que o interesse em recursos minerais é o “carro chefe” da presença na África. Como exemplo, pode-se citar a Nigéria, grande produtor de petróleo, ultrapassando 2,2 bilhões de barris diários. Foi no governo de Olusengun Obasanjo (1999 a 2007), com a política de “petróleo por infraestrutura⁸”, que vários negócios foram firmados entre os países (CAMPBELL, 2010 apud ALVES, 2015).

No contexto de segurança, paz e desenvolvimento, o *China and the World in the New Era* (2019) reafirma a posição chinesa na política externa pela busca de paz. O país é um dos grandes contribuintes de tropas para missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2008, tem enviado também frotas navais para realizar missões na Somália. Além do mais, há grandes investimentos em países africanos como forma de alcançar desenvolvimento. Em canteiros de obras chineses boa parte dos funcionários locais é local, e empresas de comunicação, como a *Huawei*, levaram investimentos para regiões montanhosas como Nigéria, Gana, entre outros países. Destaca-se também um investimento estrutural, com construção de prédios públicos, de usina de produção de energia e outros (PAUTASSO, 2016).

⁸ Política adotada pelo presidente era baseada em trocas de benefícios por petróleo. Foi com esse conceito que a Nigéria e a China firmaram acordos que envolviam grande projetos de infraestrutura em troca de acesso ao petróleo da região. Isso contribuiu para a aproximação das relações entre os países e da inserção de empresas chinesas (CAMPBELL, 2010 apud ALVES, 2015).

Boa parte dos investimentos pode ser caracterizada também pela nova rota da seda chinesa. A África é um dos continentes que abrangem a iniciativa do *One Belt, One Road*⁹. Países do nordeste e do Chifre da África, como o Egito, Djibuti e Quênia, são atores importantes para a instalação da nova rota no sentido marítimo. O caso do Djibuti é interessante para se analisar, pelo fato do país ficar no cruzamento entre o Mar Vermelho e o Golfo de Áden, e por isso seria potencial local para abrigar uma base naval da China, a justificativa seria para combater pirataria e auxiliar na manutenção da paz (PAUTASSO, 2016).

Contudo, tal feito foi realizado em 2017, Ferras (2020) descreve que a instalação da base chinesa no Djibuti aumentou a relação de rivalidade dos três grandes atores na região, Estados Unidos, França e agora China. Com capacidade inicial para apenas 5 mil soldados, a base chinesa tem a intenção em primeiro momento de missões de evacuação e manutenção da paz, mas isso não impede de buscar crescimento militar e territorial (FERRAS, 2020).

Por fim, no que tange o debate sobre terrorismo, o documento de política externa chinesa, o *China and the World in the New Era* (CHINA, 2019), realça que Pequim condena o terrorismo global e promove a estratégia antiterrorista da ONU e as resoluções contra o terrorismo do Conselho de Segurança. Reafirma também que participa efetivamente de ações internacionais contra atos terroristas e aposta em uma comunidade global e no diálogo como forma de solução de controvérsias. Outrossim, é afirmado que o país tem interesse em trabalhar com a comunidade global para tratar assuntos que abordam extremismos, mudança climática, competição por recursos, acesso a mercado, controle de transporte etc.

1.3.1 Europa e União Europeia

As relações da Europa com a África são datadas desde o período colonial, o continente sempre foi visto como fonte de recursos naturais, na maioria dos casos gratuitos, para as indústrias europeias. Com a inserção das potências europeias no continente africano, alguns países puderam se desenvolver em níveis de infraestrutura e educação e outros concentraram suas riquezas nas metrópoles e mantiveram como beneficiários do colonizador. Foi a partir do século XX que processos revolucionários de descolonização se tornaram mais evidentes e a relação com os países europeus passaram a ser delimitados majoritariamente pela União Europeia, que foi estabelecida em 1992 (PINTO, 2009).

⁹ Iniciativa lançada em 2013 pelo governo chinês, que tem como objetivos principais integrar a Eurásia, propiciar que a China se estabeleça como uma potência mundial e consolidar um novo sistema sinocêntrico por meio de estratégias de política externa, capacidade econômica e reserva financeira (PAUTASSO, 2016).

As relações começaram a atingir um escopo de desenvolvimento, cooperação e acordos (PINTO, 2009). Por isso, em dados mais recentes como da *Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy* (EUROPEAN UNION, 2016), a União Europeia declara que é de interesse dos países do grupo investir para que Estados da Ásia Central e Sul e África Central conquistem resiliência. A UE afirma que ela é ameaçada por dentro e por fora, e que uma dessas ameaças está presente na África do Norte. Dannreuther e Peterson (2006) salientam que, como fator gerador de preocupação da UE com o terrorismo, pode-se mencionar os ataques em Madrid em 2004 e em Londres em 2005.

A União Europeia pretende desenvolver uma cooperação antiterrorista com vários parceiros, incluindo países do Norte da África, África Subsaariana e o Chifre da África. Aliás, o grupo acredita que promover o desenvolvimento é essencial para combater o terrorismo (EUROPEAN UNION, 2016).

Para atingir esses objetivos busca-se ampliar relações triangulares entre regiões que abragem o Mar Vermelho, Europa e Chifre da África. Nesse sentido, tem-se o objetivo de melhorar os desafios de segurança compartilhada e econômica. Para isso também deve-se incluir a África do Norte, a região do Sahel e do Lago do Chade. Outrossim, A União Europeia reforça que é preciso manter uma relação com atores estatais como a União Africana (UA), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e o G5 Sahel.

António Pereira (2011) demonstra a importância da proximidade com a UA para promover a paz e segurança, isso é constatado também no documento de Estratégia Europeia, 2003. Foi a partir dessa ideia, que foi criado em 2008 a *Joint Africa-EU Strategy* (JAES), que possuía o objetivo de promover a parceria no desenvolvimento, cooperação econômica e segurança. A União Europeia e a União Africana foram designadas como principais atores dessa parceria estratégica. Para atingir os propósitos a parceria conjunta tinha três prioridades: “reforçar o diálogo sobre os desafios no domínio da paz e segurança; tornar plenamente operacional a Arquitetura Africana de Paz e Segurança (APSA, sigla em inglês) e capacitar a União Africana para as Operações de Apoio à Paz (Peace Support Operations – PSO)” (PEREIRA, 2001, p. 95).

No que concerne o combate ao terrorismo nos vínculos UE e UA, as prioridades para paz e segurança envolviam reconstrução pós-conflito, contraterrorismo, desarmamento, controle de armas, programas nas fronteiras e prevenção e combate a crimes transnacionais, além de exercícios como o AMANI, realizado em 2010 para capacitação logística e implementação através de seminários. (PEREIRA, 2011).

A França é um ator europeu que tem uma presença histórica no continente, principalmente nos países que colonizou. Foi a partir dessa relação que surgiu, nos anos 1970, o termo *Françafrique*. O presidente da Costa do Marfim designava essa palavra ao citar a proximidade histórica entre franceses e africanos, porém, essa expressão também foi ligada às redes ocultas que serviam para conectar alguns governantes africanos a empresas francesas (ESCARRAS, 2008/09).

Em 2008 houve uma reformulação na Constituição francesa, Escarras (2008/09) relata que esta mudança fazia com que a Assembleia fosse informada dos acordos que o país fosse envolvido e com isso ficariam sujeitos a aprovação ou não. O número de soldados no continente africano já vinha caindo nas últimas décadas, mas com essas mudanças o escopo de segurança foi afetado, tanto que em 2009 houve uma redução de mais de dois mil soldados na África (ESCARRAS, 2008/09).

Escarras (2008/09) evidencia que, se comparado com décadas anteriores¹⁰, percebe-se uma redução da presença militar e de instalações na África. Entre 2008 e 2009 as Forças Armadas francesas na África se dividiam em sete pontos de atuação, sendo:

Quatro pontos de apoio em Djibuti, o Senegal, no Gabão e na Costa de Marfim, um destacamento antigo no Chade, e três operações em curso na Costa de Marfim, na República Centro-africana e na fronteira do Chade com o Darfur. O custo total, humano e financeiro, desses destacamentos representa quase 10 000 homens e 760 milhões de euros por ano (LIVRE BLANC, p. 156 apud ESCARRAS, 2008/09, p. 26).

Contudo, vale ressaltar a participação francesa no combate à pirataria marítima que abrange especialmente a Somália. O país já treinou recrutas em sua base no Djibouti para ajudar a acabar com a raiz do problema e não somente com as consequências (SARAIVA; JOANA, 2011). Além do mais, já houve a ocorrência de julgamentos de piratas capturados com base na Corte nacional de acordo com os interesses internos do país que fez a prisão de tais indivíduos (SCHENEIDER, 2015).

Boa parte da atuação militar da França vai além da prevenção e cooperação. Nas intervenções observa-se uma atividade “para o apoio e a ajuda logística das intervenções e as ações de protecção e de evacuação de nacionais” (ESCARRAS, 2008/09, p. 26), além de exercícios com parceiros africanos.

De modo geral, o interesse francês pode ser pautado por questões políticas, econômicas e estratégicas (PENNA FILHO; BADOU, 2014). Ademais, os autores dizem que a França pode

¹⁰ Em 1980 cerca de 15 mil soldados estavam presentes na África (ESCARRAS, 2008/09).

estar agindo como colonizadora e as elites dos Estados podem estar se recusando a se desassociar da ideia de colonizado devido aos benefícios adquiridos ao longo das relações entre ambos.

Como fator de motivação da atuação francesa no continente, exemplifica-se o grande interesse em urânio, principalmente no Níger (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2015 apud PENNA FILHO; BADOU, 2014). A intervenção no Mali em 2013 caracteriza também esse contexto, pois a atuação se deu em um momento em que os grupos fundamentalistas islâmicos estavam presentes no Norte da África, na parte subsaariana e nos países limítrofes. Esta circunstância acabou servindo como justificativa para os interesses franceses (PENNA FILHO; BADOU, 2014).

Daniel Ngboawaji (2013) expressa que tanto a Europa quanto os Estados Unidos estão se tornando cada vez mais dependentes do petróleo e gás na África subsaariana. Os Estados do Golfo da Guiné, e em especial a Nigéria, se destacam como grandes produtores de petróleo, o que chamam a atenção dos atores citados.

A União Europeia como um todo busca ampliar suas relações com a África, tanto na cooperação quanto na paz, segurança e combate à pobreza. Por isso, em 2014, chefes de Estado e Governo da UE e da África juntamente com os presidentes da Comissão Europeia, da União Africana (UA) e da Comissão da União Africana (CUA) se reuniram para discutir esses assuntos. No escopo de segurança a UE apoia os esforços africanos para prevenir e dar respostas a crises. No encontro foi destacado o interesse europeu de tornar a Força de Alerta Africana ¹¹ multidimensional funcional. Ademais, a cooperação foi defendida como meio para lidar com terrorismo, segurança marítima, entre outros (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

1.3.2 Rússia

As relações da Rússia e África são de longa data, contudo, vale destacar que a participação do país no continente africano durante a Guerra Fria foi percebida em vários âmbitos (político, econômico, militar, diplomático e educacional). Besenjõ (2019) descreve que nessa fase países com grande apoio russo se tornaram socialistas, como Argélia, Angola, Benin, Cabo Verde, República Democrática do Congo, entre outros.

¹¹ Teixeira (2013) exemplifica que a Força de Alerta Africana é “composta por cinco brigadas regionais com as componentes militar, de polícia e civil, que se pretendem com elevado nível de preparação e rápida capacidade de projecção, com a missão de fornecer forças de manutenção de paz, em resposta a mandatos da UA ou da Organização das Nações Unidas (ONU) no quadro dos cenários de resposta previstos na PCDSA”.

Os anos do conflito envolvendo Rússia e Estados Unidos foram considerados como “ápice” das relações russas e africanas. Essas conexões ocorreram mesmo quando alguns líderes do Partido Comunista da União Soviética se puseram à inserção no continente africano. E devido a este fato, a direção nesse aspecto foi transferida para a KGB e a Direção Internacional do Partido Comunista (BESENJÕ, 2019).

Entre as décadas de 1970 e 1980, no que se refere à esfera militar, a Rússia investiu em treinamento e equipamentos para seus aliados. Evidencia-se também que nesse período foram registrados que entre cinco e sete mil conselheiros militares soviéticos serviram na África. Mas o fim da União Soviética fez com que várias delegações e projetos russos fossem reduzidos (BESENJÕ, 2019).

O colapso da União Soviética trouxe vários danos a países da África. Foram registrados que havia mais de US\$16 bilhões em dívidas de países africanos, a Rússia saiu de acordos-econômicos de mais de 32 países e de acordos comerciais em 42 países (BESENJÕ, 2019). Foi um momento de esfriamento das relações, mas Besenjõ (2019) resgata um ponto importante ao revelar que o capital social fez com que a influência russa ainda permanecesse.

A partir de 1996, com a troca do ministro das Relações Exteriores russo, começou a ter uma maior aproximação entre Moscou e países da África. As relações melhoraram ainda mais entre os anos de 2001 a 2005, várias embaixadas desativadas com o fim da União Soviética foram reabertas e o Conselho Empresarial Rússia-África foi aprovado em 2002. Vale enfatizar também os anos seguintes, quando Putin visitou Egito, Marrocos e África do Sul em 2006, e a Estratégia de Segurança Nacional Russa de 2009 passou a tratar sobre a África (BESENJÕ, 2019).

Besenjõ (2019) pontua que, mesmo a Rússia agindo de maneira pragmática com mais interesses políticos do que em recursos naturais e geoestratégicos, começou com a reaproximação a se envolver também em conflitos regionais para obter vantagens políticas e de bens. Tais vantagens podem, inclusive, ser apresentadas no âmbito da procura de recursos minerais alternativos ao que já produz como urânio, níquel, titânio e outros. Para isso, supostamente, troca armamentos por benefícios naturais. Nota-se que boa parte dos materiais para uso militar utilizado em alguns países africanos é proveniente da Rússia¹². Ademais, após os anos 2000 percebe-se um aumento crescente nas relações comerciais entre ambos (BESENJÕ, 2019).

¹² Foram registradas que, entre 2010 e 2014, cerca 35% das importações de armas foram da Rússia, e neste mesmo período as importações africanas de armas aumentaram 45% (BESENJÕ, 2019).

Além do mais, existe uma forte atuação russa com ajuda humanitária e com treinamentos militares, como o sucedido na Nigéria, onde as Forças Especiais foram treinadas para combater o Boko Haram (BESENJÓ, 2019).

No documento de *Foreign Policy Concept Of The Russian Federation* (RUSSIA FEDERATION, 2016) é evidenciado que as disparidades no desenvolvimento global, as diferenças de prosperidade entre os Estados, a competição por recursos, o acesso ao mercado, o controle de transporte, entre outros, tem se tornado motivos para inúmeras tensões pelo mundo, mas por esses mesmos motivos que todos devem unir-se para impedir futuros conflitos.

No escopo de ameaça global a Rússia aponta o terrorismo como um dos principais riscos internacionais. O país se preocupa com a disseminação da ideologia extremista como o Estado Islâmico e de grupos terroristas semelhantes, principalmente no Oriente Médio e no Norte da África. O governo entende que isso é devido a várias falhas sistêmicas no que concerne ao desenvolvimento notabilizado pelo processo de globalização. Além disso, ressalta que a interferência externa, disseminação de armas, munições ilegais e tráfico também proporcionaram esse cenário de insegurança (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

Por isso, no documento de política externa (RUSSIAN FEDERATION, 2016), Moscou argumenta que é preciso combater o terrorismo em nível global e, para isso, é declarado no documento aprovado pelo presidente Vladimir Putin em 2016, que visa promover uma ampla coalizão internacional, uma base jurídica compatível e uma cooperação estatal eficaz e consistentes sem interesses políticos é essencial para combater o terrorismo.

Como combater a ameaça global deve ser uma prioridade para a segurança internacional, a *Russian Federation* (2016) indica que toma medidas necessárias de acordo com o direito internacional russo e que prioriza uma cooperação internacional, mesmo que seja por meio do uso de força militar.

Na esfera africana, a Rússia pretende continuar dando contribuição para neutralizar a ameaça terrorista no Norte da África. Além disso, entende que a parceria com a União Africana e outras organizações sub-regionais são importantes nessa luta. E mesmo atuando dessa forma, o governo pretende manter uma relação benéfica e mútua com os Estados Unidos (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

1.4 GUERRA AO TERROR NA PERSPECTIVA AMERICANA E O ENVOLVIMENTO NA ÁFRICA

O conceito de terrorismo geralmente é variado entre analistas, mas em muitos casos percebe-se uma conotação de violência e brutalidade (LUTZ; LUTZ, 2008). Major Coelho (2010/11) evidencia que o termo terrorismo foi fortemente utilizado durante a Revolução Francesa. Ao estipular alguém ou algum grupo como terrorista, algumas definições indicam que se está cometendo algo violento e sem moral (LUTZ; LUTZ, 2008). Para Dutra (CRONIN, 2002, p. 32 apud 2015, p.162, tradução nossa) o termo é ainda mais complexo no sentido teórico, pois “[é] de difícil definição porque, além da mudança nas práticas do terrorismo ao longo do tempo, ele “tem a propensão de ser uma questão de percepção e, dessa forma, é visto de forma diferente por observadores diferentes”.

O terrorismo pode envolver indivíduos, grupos ou Estados, ataques aleatórios ou seletivos, de intimidação ou propaganda, políticos ou criminosos. Em muitos casos os grupos atacam governos legítimos buscando atingir um sistema político através do medo (LUTZ; LUTZ, 2008), inclusive, é importante analisar que o poder de coação militar no terrorismo é invertido, o ator mais fraco que tenta convencer o mais forte (PAPE, 2006 apud NASSER, 2014). Tais organizações podem ter inúmeras motivações políticas ou religiosas. Inúmeros fatores podem contribuir para o surgimento de grupos ou ataques, a desigualdade pode ser um dos princípios causadores (LUTZ; LUTZ, 2008).

O fundamentalismo e o terrorismo têm demonstrado uma relação muito próxima. Nasser e Teixeira (2010) citam que fundamentalismo teve forte ligação com os atentados terroristas perpetrados após a Guerra Fria. A partir de análises como a anterior, surgiu na década de 1980, depois dos ataques suicidas no Líbano, o termo “novo terrorismo”, que se refere a algo violento e ligado a questões culturais e religiosas (NASSER, 2014).

Como apresentado brevemente no primeiro tópico, o século atual iniciou com o grande ataque terrorista às torres gêmeas em 2001. Tal episódio resultou em grandes mudanças na política externa americana em combate ao terror, que visava principalmente deter grupos como a Al-Qaeda, que foi o causador da morte de mais de dois mil americanos (BERNADINO, 2007).

Para os Estados Unidos o terrorismo é visto como algo amoral e perverso (SILVA, 2004) e que deve ser combatido para proteger seu país, seus aliados e principalmente a liberdade (DUTRA, 2015). Em vista disso, a guerra ao terror pode ser identificada na política de Bush, ao declarar posteriormente ao ataque às torres gêmeas em 2001, guerra contra os grupos terroristas. Inicialmente o objetivo seria derrotar as forças inimigas, especificamente a Al-Qaeda, mas Bush deixou claro que a luta poderia ser expandida para combate a outros grupos e redes. A Declaração de Bush foi criticada por estudiosos por causa da contradição da definição do terrorismo e por causa de um adesário declarado (COELHO, 2010/11).

Por isso, depois do ocorrido em 11 de setembro, várias mudanças da política de segurança americana foram notadas. Em um primeiro momento, observa-se o estabelecimento do *Patriot Act*, aprovado pelo Congresso ainda em 2001, que foi um conjunto de leis que ampliava a ação dos Estados nos setores de segurança (SILVA, 2004). De forma mais detalhada, esta lei proporcionava “aos funcionários federais maior autoridade para rastrear e interceptar comunicações, tanto para fins de aplicação da lei como de coleta de inteligência estrangeira” (DOYLE, 2002, p. 01, tradução nossa). Além disso, buscava internamente impedir a entrada de “terroristas” e remover os que estavam em solo americano. A partir dessa lei foram criados novos crimes e penalidades para terroristas dentro e fora do território, tais medidas foram alvos de críticas por serem consideradas duras demais (DOYLE, 2002).

Francisco da Silva (2004), no âmbito das relações entre atores importantes internacionalmente, salienta que em seu discurso logo após os ataques, George W. Bush falou que a partir daquele momento os outros Estados “ou estariam do lado deles ou dos terroristas” - esta fala, segundo o autor, abriu brechas para discordâncias entre os atores nas negociações internacionais.

Os Estados Unidos buscaram apoio tanto dos aliados quando de atores antagônicos para sua narrativa. A China e a Rússia foram alvos do ideal americano pelo fato de integrarem o Conselho de Segurança da ONU e terem direito a veto (BIANCHI, 2013 apud CONDE, 2015). A aproximação da Rússia com os Estados Unidos pós-ataque foi vista de forma cautelosa pela *National Strategy Security*¹³. Apesar de Putin ter sido o primeiro líder estrangeiro a entrar em contato com o governo americano após o 11 de setembro e ter se mostrado aberto na guerra ao terror, a NSS ainda o considerava como parceiro no combate ao terrorismo, mas não um aliado (LUKE MARCH, 2006).

Nesse período as relações Estados Unidos e União Europeia tiveram algumas tensões no que tange à visão de guerra ao terror. Na perspectiva europeia a então *National Security Strategy* trazia uma linguagem “vaga” no combate ao terrorismo. Alguns analistas europeus demonstraram preocupação de que os EUA tivessem entrado em uma política de segurança que pudessem afetar as relações entre ambos, pois tal política poderia estar mais próxima ao idealismo (HOWORTH, 2006). Além disso, especialistas criticam a posição americana, porque, de acordo com eles, declarar guerra contra o terrorismo seria como legitimar os grupos e que a guerra poderia ser vencida com outros meios além do militar (HAWARD, 2002 apud HOWORTH, 2006).

¹³ Apesar da NSS considerar a Rússia uma das três potências em destaque junto com Índia e China (LUKE, 2006).

Já a perspectiva americana para a Estratégia de Segurança da União Europeia (ESS) criada em 2003, como resposta também aos ataques, visto que a Europa também já havia sido alvo de atentados, havia certa receptividade. A NSS reconhece que o terrorismo é perigoso e que é preocupante o fato de os grupos terem acesso a armas. No entanto, a Estratégia também recebeu críticas ao lidar com o terrorismo transnacional, nos documentos há poucas abordagens sobre esta problemática (MOLLOY, 2006).

A guerra ao terror tem sido travada em várias localidades pelos Estados Unidos. O continente africano está envolvido nessa abordagem e tem vivenciado uma maior atuação americana, mesmo que indiretamente, no combate ao terrorismo. Contudo, o EUA é frequentemente acusado de ter outros interesses no continente, como a busca por recursos minerais.

Os acontecimentos registrados desde a década de 1990, a análise de atores externos envolvidos na África e seus discernimentos quanto ao terrorismo e ameaça extremista no continente destacaram uma construção no que tange as relações securitárias. A caracterização da África como uma zona de recursos minerais provocou atenção de vários atores externos que se esforçam para expandir suas influências no mesmo continente. E quando se debate sobre influência, se discute acerca de grupos extremistas que colocam em risco os interesses de cada país envolvido, principalmente de atores externos. Por isso, iniciativas de desenvolvimento e cooperação para a segurança fazem parte da agenda de países como Estados Unidos, Rússia, China e outros.

No cenário segurança, desenvolvimento e cooperação que Adam e Schutz (2019) evidenciam o estabelecimento da Africom. O Comando, no escopo militar, envolve desde treinamentos a parceiros a até forças tarefas em conjunto que visam capacitar os governos em combate a grupos atuantes nas regiões. Dessa forma, os EUA não precisam atuar diretamente, porém, a capacidade de obter resultados tem o potencial de ser alcançado, pois grupos como Boko Haram, Al-Qaeda e Al-Shabaab podem ser atingidos por tais ações.

2 COMPREENDENDO A AFRICOM: DIRECIONAMENTO PARA GUERRA AO TERROR, PROCEDIMENTOS E CRÍTICAS

O capítulo tem o objetivo abordar os precedentes da criação do Comando dos Estados Unidos na África (AFRICOM), bem como demonstrar e analisar os procedimentos existentes para combate ao terrorismo. Nesse sentido, percebe-se que a realização e apoio em operações e condução de exercícios são os principais meios dos Estados Unidos atuarem no continente africano. Será discorrido acerca das ações em relação ao combate aos grupos terrorista, ou *Violent Extremist Organization* (VEO) como são chamados nos documentos oficiais da Africom, e quais as principais atividades envolvidas para combatê-los, mesmo que indiretamente. As críticas geradas no processo de estabelecimento da Africom serão analisadas na última do capítulo, pois demonstram a visão da oposição do comando. Atores regionais e até mesmo personalidades fora continente se opuseram e criticaram a verdadeira intenção americana com a Africom.

2.1 AFRICOM COMO UM ELEMENTO DE SEGURANÇA: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

Desde fevereiro de 2007 o Comando dos Estados Unidos para a África (US Africom, na sigla em inglês) está presente no continente. A sua criação foi cunhada pelo então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, sob a justificativa de auxiliar o continente rumo ao desenvolvimento e à cooperação. Contudo, evidencia-se, também, operações relacionadas com a guerra contra o terror (ADAM; SCHUTZ, 2019). O comando¹⁴ possui diversos objetivos, entre eles, o de promover desenvolvimento e segurança por meio da cooperação, parceria e diplomacia (AFRICOM, 2020a). Huddleston (2010) aponta que, no âmbito de defesa, o principal objetivo da US Africom é o combate ao terrorismo, que tem a finalidade de garantir a segurança da população, interesses dos governos africanos e estadunidenses. A realização de treinamento militares em conjunto com países parceiros é a principal forma desse combate. Assim, o comando, segundo Forest e Crispin (2009), teria como foco estabelecer missões não costumeiras para um comando militar, como assistência ao desenvolvimento ou trabalho com entidades não militares.

¹⁴ Um comando pode ser considerado a organização máxima dentro do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (FOREST; CRISPIN, 2009).

O projeto havia sido estudado por mais de 10 anos, porém, foi o então Secretário de Defesa dos EUA Donald Rumsfeld, em 2006, que pediu um estudo formal sobre a possibilidade da instalação de uma organização para coordenar os esforços na África. A partir disso, estabeleceu-se uma equipe de planejamento inicial que envolvia vários funcionários do governo, e logo após algumas reuniões o presidente do país anunciou a Africom. Com isso, foi criada uma equipe de transição em parceria com o Comando Europeu para a instauração desse comando (FOREST; CRISPIN, 2009). Os membros e equipes eram formados pelo Departamento de Estado, Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (Usaid, sigla em inglês), pelo Departamento do Tesouro e por outras agências governamentais que atuavam na África (UNITED STATES AFRICA COMMAND, 2018).

A Africom iniciou com a Capacidade Operacional Inicial (COI), subunificado ao Comando Europeu (EUCOM), foi projetada para atender todos os países do continente africano, menos o Egito¹⁵, e um ano depois, atingiu a Capacidade Operacional Total (COT) tornando-se um comando unificado autônomo. As atividades militares geralmente são executadas pelos escritórios de segurança americanos espalhados pela África, por seis quartéis gerais subordinados a Africom e embaixadas. A abrangência de atuação da Africom também se estende em parcerias com outras ações militares americanas no continente, que vai desde o Comando Europeu, exército dos EUA na África, forças navais dos EUA-Europa e África, Força Tarefa do Sul da Europa, as Forças marítimas e aéreas EUA-Europa e África até as Forças Conjuntas Combinadas no Chifre da África (CJTF-HOA, sigla em inglês) (UGWUJA, 2018).

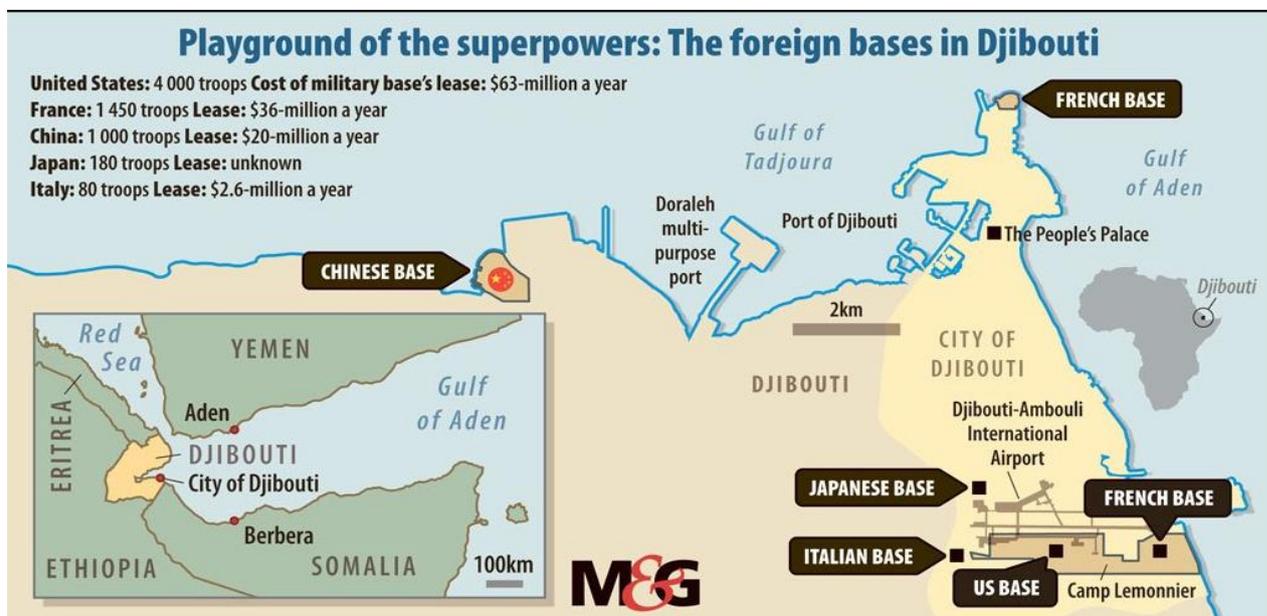
Atualmente a AFRICOM possui sede em Stuttgart na Alemanha, onde estava instalado o Comando Europeu (EUCOM) (DW, 2007), que foi integrado ao comando. De acordo com Tavares (2008), muitos países se prontificaram para sediar o Comando dos Estados Unidos, entretanto, permanecia um cenário de desconfiança em relação às intenções americanas. Por fim, o comandante adjunto da Africom, Alexander Laskaris, afirmou sem mais detalhes, em 2018, que não possuía interesse em instalar a sede do Comando na África (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018).

Apesar desse contexto, a Africom possui uma base militar com foco em logística no *Camp Lemonier*, Djibuti (UGWUJA, 2018), e acesso a bases e instalações militares negociadas a partir do governo Bush no Senegal, Quênia, Mali e outros. Não são bases legalmente americanas, e sim frutos de acordos (ABEGUNRIN, 2007). O Djibuti abriga bases de vários

¹⁵ O Egito continuou com a supervisão do Comando Central (CENTCOM, sigla em inglês) (UGWUJA, 2018).

países com investimentos anuais significativos, os americanos dividem espaço com a China, França e outros países, como é destacado por Alisson (2018) na Figura 1.

Figura 1. As bases estrangeiras no Djibuti, 2018.



Fonte: Alisson (2018)

Desde o início das operações, a Africom tem buscado combater inúmeros grupos violentos, como o Boko Haram, grupo fundamentalista islâmico considerado uma seita (usa bruxaria) que defende a instauração da Sharia¹⁶. O Boko Haram perpetrou diversos ataques na Nigéria, e seus alvos são civis e propriedades. O Al-Shabab é considerado uma organização fundamentalista muçulmana que, como o Boko Haram, acredita nas leis da Sharia. Possui grande presença na Somália, Etiópia e Quênia e tem como alvos principais forças militares e organizações não governamentais. Além disso, a Al-Qaeda no Magrebe islâmico (AQIM) tem se tornado mais presente no Sahel e provavelmente faz parte da rede Al-Qaeda desde 2006. Mali, Níger e Mauritânia foram impactados pelos ataques desse grupo que possuem táticas de distração. Os alvos vão desde governos, civis, propriedade privada até escolas (GALITO, 2013).

Percebe-se, então, um crescente aumento de grupos extremistas, militantes islâmicos e intolerantes religiosos, principalmente da região de Sahel, onde existe incidência de ataques terroristas, tráfico de drogas e conflitos ligados ao domínio do petróleo (GALITO, 2013). Por

¹⁶ A Sharia é para os muçulmanos o que a constituição é para os ocidentais. Pode ser definida como um conjunto de leis que definem os direitos e deveres dos muçulmanos de acordo com o Corão e a Suna. Tal lei interfere em todos os campos da sociedade muçulmana (SANTOS, 2016).

isso, há maiores perspectivas para a atuação da Africom nas regiões onde grupos como os que foram mencionados anteriormente estão instalados ou atuando. Pelz (2018) evidencia na figura 2 alguns grupos que o comando tem buscado interceptar.

Figura 2. O Exército dos EUA na África, 2018.



Fonte: Pelz (2018)

Para conter esses grupos violentos a Africom possui estratégias que fornecem treinamento militar e apoio em operações dos exércitos parceiros com a finalidade de desenvolver as capacidades de defesas e promover a segurança regional (DUARTE, 2014). Vale destacar três Forças Tarefas que conduzem operações de apoio, onde há presença militar da Africom. A *African Union Mission in Somalia* (AMISON), que atua em parceria com os países citados na tabela 1, tem a finalidade de promover segurança militar na Somália e reduzir a ameaça terrorista do Al-Shabaab e de outros grupos. Em 2007, o componente militar da AMISON atuou em parceria com as forças de segurança nacional da Somália para expulsar o Al-Shabaab de boa parte do sul do país (AMISON, 2021?). No ano de 2020, a missão que envolvia a AMISON e o exército Nacional da Somália, com parceria da Africom, conduziu cinco ataques aéreos contra o Al-shabaab (AFRICOM, 2020d).

A Força Tarefa do G-5 Sahel tem parceria de cinco países da região, e isso caracteriza o grupo como uma aliança regional, além do mais, atua em parceria com nações que já atuavam

na área, como a França. A Força Tarefa atualmente é composta por cerca de 5 mil soldados que agem para combater o terrorismo e fortalecer a segurança (ONU NEWS, 2020). Essa força se mostrou tão importante que, em 2017, os EUA prometeram cerca de 60 milhões de dólares de assistência para combater o terrorismo (AFRICOM, 2020b). Em 2019, os EUA fizeram a entrega de equipamento tático ao Níger como parte do orçamento prometido anteriormente. Foram entregues desde veículos a equipamentos individuais de soldados (AFRICOM, 2021?b). E por fim, a Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF, na sigla em inglês), que é integrada pelos cinco países indicados na tabela 1 e por países parceiros como Reino Unido e França (AFRICOM, 2020b). A MNJTF foi reativada em 2015 pelos países próximos ao lago do Chade devido à grande ameaça do Boko Haram, os EUA são contribuintes de tropas individuais e oferece apoio nas discussões, porém, a União Europeia é o maior parceiro ((DELEGATION OF THE EUROPEAN UNION TO SOMÁLIA, 2016).

Tabela 1. Forças Tarefas com apoio da Africom

	Países parceiros	
AMISON	G-5 SAHEL	MNJTF
Etiópia	Burkina Faso	Nigéria
Burundi	Mali	Benin
Djibouti	Níger	Níger
Quênia	Chade	Camarões
Uganda	Mauritânia	Chade

Fonte: elabora pela autora com base em Africom (2020b).

Um dos principais meios dos Estados Unidos atingirem seus objetivos dentro da Africom é a execução dos programas de treinamentos, e dessa forma, também consegue repassar os ideais americanos e fortalecer os Estados parceiros. Desde o início das operações, foram aplicados vários treinamentos importantes que estão destacados no site da Africom. Entre eles, foram escolhidos alguns treinamentos para compor a tabela 2, pois possuem visibilidade no site e dados recentes. Entre os que não constam na tabela, é interessante ressaltar o *Woman, Peace and Security*, que tem a finalidade de conduzir seminários que abordam o recrutamento, retenção e treinamento de mulheres militares para atuar com operações de paz e proteção de civis (AFRICOM, 2021?f).

Outro programa essencial que envolveu treinamento foi *Accord* (programa de exercícios) em 2010, que focava em países contribuintes das operações de paz da ONU e da União Africana. O *Accord* apresentou evolução no comando ao focar em eventos mais

regionais. Por fim, vale destacar os programas de inteligência, como o curso básico de oficial de inteligência, voltado para oficiais subalternos, que desde 2008, oferece conhecimento acerca de assuntos sobre análise, organização de equipe e de compartilhamento de informações em ambientes multinacionais civis (UNITED STATES AFRICA COMMAND, 2018).

Os programas de exercícios representados na tabela 2 são listados com dados e treinamentos mais recentes no site oficial do comando. Vale citar o *African Lion*, apontado como o maior exercício da África, que foi originado em 2002 por fuzileiros navais dos EUA e as Forças Armadas Marroquinas e é liderado pelo exército dos EUA na África (CLAXTON, 2021).

Foram registrados nos últimos anos outros importantes exercícios, como o *Justified Accord*, que desde 2017 (BIEGON; WATTS, 2020) alterna anualmente entre exercícios dentro e fora do campo e teve a sua última edição em 2019, na Etiópia, com foco em melhorar a capacidade dos parceiros para responder às ameaças regionais derivadas de grupos extremistas e suas ideologias (AFRICOM, 2021?d). Já o *Flintlock* possui o diferencial de ser o primeiro e maior exercício das Forças de Operações Especiais do Comando da África dos Estados Unidos. O exercício em 2020 aconteceu na Mauritânia com extensão no Senegal, que junto com os parceiros envolvidos buscou capacitar a defesa dos governos africanos e de organizações regionais contra grupos extremistas que ameaçam a paz (AFRICOM, 2021?e). Outros exercícios também serão destacados na tabela 2 junto com os que foram citados acima:

Tabela 2– Treinamentos executados com apoio da Africom ou pelo Comando.

Treinamentos	Objetivos	Meios empregados	Parceiros envolvidos
African Lion – Força tarefa do Sul – Marrocos – desde 2007	Combater forças malignas no norte da África e sul da Europa. Aumentar a interação entre parceiros para combater ameaça militar adversária.	Comando e o controle, manobra de armas combinadas, tiroteio naval, apoio aéreo e naval aproximado.	Marrocos, Tunísia, Senegal Gana e Espanha.
Cutlass Express - nas proximidades do Djibouti, Madagascar, Maurício e Seychelles. Desde 2011? (GREIDANUS et al, 2011)	Combater agressão marítima, influência inimiga ao longo das regiões da liderança do Comando e de regiões sobrepostas. Impedir tráfico ilícito, pirataria etc.	Busca, apreensão, interdição de armas ilícitas, drogas, dinheiro, abordagens de embarcações suspeitas, compartilhar informações entre centros de operações marítimos, capacidade de resposta.	Somália, Djibuti, Canadá, Geórgia, Grécia, EUA e outros 55 países.
Flintlock – Mauritânia e Senegal – desde 2005	Fortalecer a capacidade das principais nações parceiras da região de combater grupos extremistas violentos, proteger as fronteiras e garantir segurança para o povo.	Distância de fogo real, montados e desmontados, combate a curta distância, compartilhar inteligência, investigação pós-explosão e outros.	Benin, Níger, Nigéria, Togo, Brasil e outros.
Obangame Express – Golfo da Guiné e regiões costeiras da África Ocidental – desde 2009	Combater influência, agressão, atividade inimiga, combater o estabelecimento de base nas zonas de exclusão econômica do Golfo da Guiné e nas regiões costeiras da África Ocidental.	Práticas de compartilhamento de informação, perícia e interdição. Aprimoramento da capacidade das nações parceiras de combaterem no mar.	Nações signatárias do Código de Younde – Angola, Brasil, Nigéria e outros 29 países.
Justified Accord – Etiópia – desde 2017	Aumentar a capacidade dos parceiros em operações de manutenção de paz. Interromper atividade maligna.	Exercício de campo e mesa. Resposta à ameaça à segurança regional por grupos extremistas, combater a ideologia associada.	Todos os domínios na África Oriental

Phoenix Express – Marrocos – desde 2005	Melhorar as capacidades e interoperabilidade dos EUA com parceiros europeu e do Norte da África. Aumentar a autossuficiência no domínio marítimo	Interdição de atividades ilícitas como tráfico de armas, drogas, dinheiro, recursos minerais, pessoas e outros	Mauritânia, Marrocos, Tunísia, Líbia e Egito
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora com base na AFRICOM (2021?c).

Assim como os treinamentos, o *Theater Security Cooperation Programs* (TSCP) ampliam o alcance dos Estados Unidos. Segundo a Africom (2021?d) os TSCP possuem o objetivo de construção da capacidade operacional e institucional que promove o desenvolvimento. Entre os programas de cooperação, é interessante apontar a Célula de Coordenação Militar na Somália, tabela 3, que oferece apoio para AMISON e forças americanas no país, os quais visam fortalecer o estados e auxiliar no combate aos grupos terroristas atuantes na região, no desenvolvimento da segurança nacional, entre outros (AFRICOM, 2021?e). Nesse sentido, percebe-se que Somália tem sido palco de forte atuação da Africom, principalmente desde 2013, quando o governo americano reconheceu o governo Federal da Somália e passou a operar em programas de cooperação que combatem o Al-Shabaab e a Al-Qaeda (UNITED STATES COMMAND AFRICOM, 2018). Entretanto, os Estados Unidos reconhecem que há um progresso na Somália, porém lento, devido aos próprios conflitos internos (DECLARAÇÃO DE POSTURA AFRICOM, 2020).

Tabela 3. *Theater Security Cooperation Programs* (TSCP)

Cooperação de Segurança	Objetivos	Meios empregados	Parceiros
Treinamento militar e educacional internacional	Promover a estabilidade regional por meio das relações militares que são eficazes e benéficas para os envolvidos. Fornecer treinamento para aumentar a capacidade das forças militares. Aumentar e manter os valores democráticos.	Apresentar aos alunos elementos democráticos dos EUA. Promover liderança militar e civil atual e futura das nações africanas.	Níger, Serra Leoa, Togo, Mali e outros.
Célula de Coordenação Militar – Campus Internacional à beira mar de Mogadíscio - Somália	Estabelecer coordenação entre a AMISON e as Forças dos EUA do país – aumentar a segurança na Somália.	Combater e prevenir extremismo violento. Melhorar as operações da AMISON. Realizar transição para a segurança liderada pela Somália. Formular planos de estabilização do governo da Somália.	Somália
Global Peace Operations Initiative (GPOI) – U.S African Peacekeeping Rapid Response Partnership (APRRP)	Fortalecer a capacidade das nações parceiras para executar operações de paz da ONU, da UA e outros.	Auxiliar os parceiros a fortalecer capacidades de implantar e estabelecer operações de paz futura. Melhorar a capacidade de resposta rápida.	Gana, Etiópia, Ruanda, Senegal, Tanzânia e Uganda.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Africom (2021?b)

Com base nas informações apresentadas nas tabelas 1, 2 e 3 percebe-se que, por meio de cooperação, treinamentos e operações diretas, a Africom consegue atingir alguns dos seus objetivos. Evidencia-se que através do apoio e ação às forças tarefas como a AMISON e o G-5 Sahel a Africom tem a liberdade de atuar de forma mais incisiva e militarizada no combate ao terrorismo, exemplifica-se tal afirmação no episódio que se refere aos ataques aéreos na Somália (AFRICOM, 2020d) e na entrega de equipamentos táticos ao Níger (MOLINA-SCHAEFER, 2019) que foram citados acima.

Ademais, a condução de treinamentos faz parte do princípio do comando e da abordagem dos Estados Unidos, principalmente no governo Obama de que o futuro dos africanos depende somente deles e de que os EUA agiriam com apoio (PHAM, 2011). Mediante as informações obtidas nas tabelas acima, foi possível concluir que a Africom busca capacitar as nações para que elas possam gerenciar o processo de construção de paz, nesse sentido, tem-

se como exemplo a *African Lion*, o *Obangame Express*, *Justified Accord* e a *Flintlock*, que se destacam como os principais exercícios que buscam capacitar os parceiros no combate aos grupos extremistas que culminam no alcance da estabilidade.

Assim como os treinamentos, os programas de cooperação influenciam no desenvolvimento dos parceiros. A Célula de Coordenação Militar é um programa que destaca a importância da ação conjunta de parceiros para combater o extremismo violento que assola a Somália e que também tem como alvo, conduzir uma estabilização do governo (AFRICOM, 2021?c). (A impressão é que esta seção não deveria ter sido encerrada aqui.)

2.2 AFRICOM SOB A PERSPECTIVA DO COMBATE AO TERRORISMO

Como abordado no tópico anterior, um dos objetivos da Africom é combater a ascensão de grupos terroristas, ou *Violent Extremist Organization* (VEO), pois estes são capazes de afetar diretamente os interesses dos Estados Unidos na África, visto que é afirmado pela Declaração de Postura da Africom para o Congresso americano de 2020, que Estados fracos podem impedir cooperação e desenvolvimento dos parceiros. Além do mais, a não abordagem contraterrorista pode contribuir para futuros ataques dentro do território americano (DECLARAÇÃO DE POSTURA DA AFRICOM, 2020).

A atuação do comando tem sido mais incisiva no combate ao Al-Shabaab, Al-Qaeda e de grupos que atuam na região do Sahel e no lago do Chade. No caso do Al-Shabaab, vale mencionar o episódio ocorrido em janeiro de 2020, na Baía de Mandra, Quênia, onde o grupo atacou uma base matando três americanos, mostrando que o grupo tem sido capaz de atacar fora da sua região de grande dominação, a Somália (DECLARAÇÃO DE POSTURA DA AFRICOM, 2020). Dois meses após o ataque a Africom, juntamente com a AMISON e o Governo Federal da Somália, conduziu cinco ataques aéreos contra terroristas do Al-Shabaab na Somália. Os envolvidos justificaram que o objetivo era atingir os alvos enquanto se reuniam e se movimentavam próximo a uma região onde havia uma operação terrestre sendo executada pela Somália (COMANDO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 2020).

Na região do Sahel, existe a preocupação devido ao grande crescimento do índice de violência, tanto que em 2012 houve o ataque a uma missão diplomática dos EUA na Líbia, fazendo com que a Africom posicionasse mais pessoal no Djibuti para responder a crises futuras, apoiar pessoal e embaixada, para essas finalidades, geralmente são enviados soldados do *The East African Response Force* e o *Special Purpose Marine Air-Ground Task Force*, nessa região a Africom busca apoiar o G-5 Sahel, o *Accra Initiative* e o *Ecowas* (DECLARAÇÃO

DE POSTURA DA AFRICOM, 2020). E em 2016, também na Líbia a Africom conduziu 500 ataques aéreos de precisão para ajudar o governo a expulsar terroristas do Estado Islâmico na região de Daesh (UNITED STATES AFRICA COMMAND, 2018).

Para conter os VEOs, a Africom aposta na abordagem de 3 estratégias: competir para vencer, fazer parcerias com sucesso e manter a pressão sob as redes malignas. Uma forma de manter a pressão é trabalhar junto com os parceiros africanos, executar exercícios e operações e manter o compromisso para construir parceiros fortes. Porém, quando se trata de parcerias com atores externos, a Africom critica a comunidade internacional em combate aos VEOs, argumentando que não estão fazendo um progresso duradouro e que um dos motivos é a falta de uma coalizão total, atividades militares aparentemente insuficientes e poucos investimentos militares e não militares (DECLARAÇÃO DE POSTURA DA AFRICOM, 2020).

Dentre as iniciativas que surgiram com foco no combate ao terrorismo, destaca-se o *Flintlock* que possui um treinamento de intercâmbio combinado em conjunto para oferecer treinamento para as tropas africanas e americanas. Antes mesmo do apoio da Africom o programa já atuava e em 2005 foi registrado um treinamento onde foram enviados mais de mil funcionários americanos ao Norte e Oeste da África para exercícios de contraterrorismo, ao todo participaram mais de 3 mil envolvidos (VOLMAN, 2007). Já o *Trans-Saharam Counterterrorism Partnership*, criado em 2004 para substituir o *Pan-Sahel Counter Terrorism Initiative*, mesmo atuando com exercícios de treinamentos regulares menores realizados pelas Forças Especiais do Exército dos EUA, começou a registrar uma redução significativa de investimento desde que foi integrado a Africom (VOLMAN, 2007).

Entre os exercícios mencionados na tabela 2, evidenciam-se dois que agem de maneira mais incisiva em combate às VEOs, o *African Lion* que atua em combate as forças consideradas malignas por meio de treinamentos de controle, manobra de armas combinadas, tiroteio naval, apoio aéreo naval aproximado. E *Justified Accord*, que age com os parceiros para responder diante ameaça à segurança regional por grupos extremistas, combater a ideologia associada (AFRICOM, 2021?a).

Perante as análises dos programas de exercícios e cooperação da Africom, compreende-se que existe uma variedade de iniciativas contraterroristas que atuam em vários países. Identifica-se o receio do comando com os VEOs como possível fator impeditivo para influência americana. Além do mais, a crítica da Africom com a falta de coalizão da comunidade internacional para conter grupos terroristas destaca a cooperação ínfima de atores internacionais com o comando. Contudo, será debatido na próxima seção e no capítulo seguinte acerca das críticas obtidas ao longo do processo e os resultados alcançados com a atuação da Africom em

combate à grupos terroristas. Essas observações poderão contribuir para a reflexão sobre os procedimentos do comando.

2.3 PREOCUPAÇÕES E RECEIOS GERADOS ATRAVÉS INSTALAÇÃO DO COMANDO MILITAR DOS ESTADOS PARA A ÁFRICA

De acordo com Adam e Schutz (2019), a chegada do Comando dos Estados Unidos para a África trouxe certas críticas de alguns países entre eles, a África do Sul. Eles justificaram que houve pouco diálogo com líderes africanos, falta de planejamento atrelado com uma implementação imediatista do programa (FOREST; CRISPIM, 2009). A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) e o parlamento Pan-Africano apontaram que os únicos interesses dos Estados Unidos seriam conter a China e obter petróleo (BAH; ANING, 2008). Em declaração oficial (ÁFRICA DO SUL, 2007, p. 19) a SADC reforçou que “a Cimeira da SADC adotou a posição de que é melhor se os Estados Unidos se envolverem com África à distância, em vez de estarem presentes no continente, o que cria uma sensação de incerteza¹⁷”.

A Argélia e a Líbia foram países que rejeitaram a ideia da Africom com receio das suas principais intenções, inclusive os ataques aéreos realizados em 2006 contra supostas bases da Al-Qaeda reforçaram a desconfiança no tocante aos objetivos da Africom (BAH; ANING, 2008). Mesmo uma visita realizada por uma delegação dos EUA, comandada por Ryan Henry (subsecretário adjunto de defesa para as políticas) em 2007, não foi capaz de convencer os parceiros africanos de hospedar a sede da Africom. Os governos africanos e organizações da qual fizeram parte da consulta realizada por Ryan, União Africana, Argélia, Líbia, Marrocos, Egito e Djibuti tinham também a preocupação de que se adotasse a luta contra o terror dos EUA poderiam sofrer retaliações de organizações extremistas (TISDALL, 2007).

Além do mais, o ministro do Estado e das Relações Exteriores da Argélia, Mohamed Bedjaoui, criticou a instalação do comando militar, argumentando que nos anos 1990, quando o país passava por situações de violência extrema, os EUA não propuseram apoio, e que por causa disso havia outros interesses (ABEGUNRIN, 2007).

Além da preocupação com os Estados Unidos, boa parte dos países africanos mostrou-se receosa com uma futura militarização do continente, visto que a Africom integraria muitas

¹⁷ No original: “*The SADC Summit did adopt the position that it is better if the United States were involved with Africa from a distance rather than be present on the continent that creates a sense of uncertainty*” (ÁFRICA DO SUL, p. 19, 2007).

agências de segurança. Porém, o governo americano rebateu afirmando que a formação do comando seria integrada apenas por três agências – o Comando Europeu (EUCOM), Comando do Pacífico (PACCOM) e o Comando Central (CENTCOM) – e que esse fator não causaria uma militarização do continente (TAVARES, 2008). No sentido de segurança, também havia certo receio da militarização da Africom, pois o então Secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, e seu vice, Paul Wolfowitz, vinham sendo acusados de moldarem as preferências da política externa americana voltadas mais para a defesa, e ambos participaram da criação da Africom (JAMIESON, 2009).

Os opositores da Africom afirmavam que o Comando foi instaurado com uma intenção neocolonialista juntamente com o militarismo (ISSA; FARAJI, 2009) e que a iniciativa havia sido elaborada com interesse do governo Bush de expandir os seus programas de assistências para Estados receptivos em regiões com recursos minerais e aumentar sua influência militar para um possível envolvimento direto no futuro (VOLMAN, 2007).

Jamieson (2009) argumentou que os EUA se preocuparam com a recepção dos parceiros africanos, tanto que em 2008 o General Willian ‘Kip’ Ward emitiu uma declaração com objetivo de desmistificar a intenção da Africom apenas no sentido de combate ao terrorismo e contenção da China, salientando que também havia interesse no desenvolvimento africano. No mesmo ano, o presidente George W. Bush também fez visitas a Benin, Ruanda, Tanzânia, Gana e Libéria (este último foi o único país continental africano a oferecer território para base americana) (JAMIESON, 2009).

A tentativa de demonstração das intenções americanas na África também se seguiu no governo de Barack Obama. O presidente visitou Gana em 2009 e evidenciou a importância da diplomacia para negociação até mesmo com oponentes. Entretanto, ainda pairava entre críticos que os interesses americanos eram baseados em recursos minerais, guerra ao terror e contenção da China (JAMIESON, 2009).

Para Jamieson (2009) a instauração mal planejada da Africom poderia trazer pelo menos três implicações futuras: que as bases pudessem ser alvos de ataques terroristas, causando danos à vida e ao território; que poderia haver um conflito entre Estados Unidos e África, colocando os africanos no meio dos embates; e uma tensão entre membros da União Africana, visto que alguns países demonstraram interesses em receber base americana e outros não. Mas por outro lado, o autor defende que o comando pode agir positivamente em alguns escopos, como do combate à pirataria e terrorismo, por meio de treinamento, trazendo estabilidade para as regiões onde atua (JAMIESON, 2009).

Opiniões diversas também propiciaram que Onuoha e Ezirim (2010) sugerisse a existência de três grupos distintos que estudam sobre a atuação da Africom. O primeiro grupo, conhecido como os proponentes, geralmente são funcionários do governo que apoiam as operações e acreditam que trazem apenas benefícios para os envolvidos. A escola dos moderados compreende que a área de atuação da Africom possui muitos conflitos que atrasariam o objetivo final, mas que o comando ainda valeria a pena. Os críticos não veem com bons olhos e argumentam que os únicos beneficiários desse projeto são realmente os Estados Unidos (ONUOHA; EZIRIM, 2010). (o termo “escola” realmente é aplicável a estes grupos?)

Nos documentos oficiais emitidos pela Africom, como a declaração de postura para o Congresso de 2016 e 2020 (DECLARAÇÃO DE POSTURA DA AFRICOM, 2016; DECLARAÇÃO DE POSTURA DA AFRICOM, 2020), percebe-se que o Comando realmente tem outros alvos além do desenvolvimento e cooperação. A preocupação com a crescente influência da China e da Rússia são explicitadas nos documentos, e o receio com a proliferação do que o comando chama de *Violent Extremist Organization* (VEO), ou grupos extremistas, fazem parte da agenda. Em relação aos VEOs, os Estados Unidos entendem que o crescimento dos grupos violentos pode colaborar para futuros ataques dentro do território nacional. Ao analisar as críticas abordadas pelos autores e atores regionais, compreende-se que declarações como as citadas acima podem ter contribuído para geração de opiniões negativas, pois deixam perceptíveis as inclinações americanas em relação à atividade da Africom na África.

Conclui-se que o Comando dos Estados Unidos para a África, mesmo possuindo diversos propósitos evidencia a sua preocupação contra os grupos terroristas, que podem, de certa forma, impactar nos interesses e na segurança nacional dos EUA (DECLARAÇÃO DE POSTURA DA AFRICOM, 2020). E mesmo perante as críticas que surgiram durante o processo de implementação do comando, por diversos atores, os Estados Unidos ainda reforça que a Africom foi criada para reforçar a liderança dos atores africanos, fortalecer a segurança, desenvolvimento e diplomacia (TISDALL, 2007). Para cumprir esses objetivos, os EUA permitem que a Africom trabalhe com capacitação, apoio em operações e cooperação com os atores regionais (DUARTE, 2014). Contudo, para compreender até que ponto essas iniciativas surtiram efeito contra o terrorismo, será analisado no próximo capítulo as ações registradas até o momento no âmbito da Somália. O capítulo buscará entender se houve redução, contenção ou extinção dos grupos terroristas, assim como aumento ou não da violência e ataques nessa região e quais os desafios enfrentados pela Africom em conjunto com os parceiros regionais.

3 CONSTRUÇÃO DE VIOLÊNCIA NA SOMÁLIA: O AL-SHABAAB COMO CONSEQUÊNCIA E OS DESAFIOS CONTRA O TERRORISMO

Após a Guerra Fria a Somália passou a enfrentar diversas tensões por causas de vários fatores que serão discutidos ao longo da primeira seção deste capítulo. A falta de um governo efetivo, a diversidade cultural e as intervenções estrangeiras são os principais pontos que contribuíram para o aumento da violência no país. Grande parte das falhas que ocorreram na Somália foram caracterizadas por políticas consideradas desnecessárias que poderiam ter sido evitadas. Alguns dos fatos apresentados na primeira seção proporcionaram um ambiente propício para ascensão islâmica extremista e de grupos terroristas como o Al-Shabaab.

A seção dois, mostra que a Africom considera o Al-Shabaab um dos seus principais adversários na Somália, e, por isso, atua junto com parceiros locais e o governo de transição para combatê-los. Os gráficos demonstram que os métodos vão desde treinamentos e cooperação até ataques aéreos. Contudo, percebe-se que o Al-Shabaab ainda causa vários danos à região e para compreender a intensidade da atuação da organização é feita uma análise dos dados do Global Database Terrorism (GTD). Com a análise da última seção será possível compreender se os esforços da Africom e parceiros estão alcançando resultados almejado por estes atores.

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA NA SOMÁLIA

O contexto pelo qual se analisará a Somália é após a Guerra Fria, pois após esse período as instituições estatais praticamente desapareceram, os territórios passaram a ser fragmentados, governados por clãs¹⁸, o país passou a enfrentar muitos conflitos e a fome assolou a população (PENNA FILHO, 2011). Entretanto, vale ressaltar que os conflitos provavelmente iniciaram entre 1988 e 1990 por grupos separatistas que atuavam no norte da Somália e eram contrários ao governo (ANDERSEN; MOLLER; STEPPUTAT, 2007 apud PENNA FILHO, 2011). Esta guerra civil é considerada interminável e dificulta a ajuda externa para a população, até mesmo para o combate à fome. Contudo, com a queda do governo ditatorial de Said Barre (1969-

¹⁸ Na Somália, os grupos são divididos por clãs, para se ter uma ideia, um dos subclãs mais conhecidos, o Habr Gidr, no qual o Senhor da Guerra, Mohamed Farrah Aideed pertencia, era composto por em torno de 5000 a 1000 (10,000?) soldados (WILEY, 2008). Além do mais, Parenti et al (2016) destaca que geralmente são grupos armados.

1991)¹⁹, o país teve dificuldades de estabelecer um governo, o que intensificou as tensões domésticas (PENNA FILHO, 2011).

Penna filho (2011, p. 45) enumera os principais desafios enfrentados pela Somália depois da Guerra Fria e da queda do governo de Said Barre,

[...] a Somália, que já era um estado problemático, se tornou ainda pior. A partir de então o panorama, resumidamente, passou a ser o seguinte: ausência de governo com reconhecimento interno e externo, movimento separatista na Somalilândia, desaparecimento das instituições estatais, rápido declínio da atividade econômica com grande impacto social e aumento generalizado da insegurança com o aprofundamento da guerra civil, inclusive com a introdução ou incorporação de movimentos fundamentalistas, sendo que alguns dos quais com vinculações com o chamado terrorismo internacional.

Analistas que estudam os acontecimentos na Somália e Menkhaus (2007) destacam que as crises enfrentadas pelo país poderiam ter sido evitadas e que o agravamento das tensões foi resultado de erros de “cálculo” e de execução, na tentativa de apaziguar a situação. Devido a isso, Menkhaus (2007) listou cinco momentos que contribuíram para as tragédias vividas no país. O primeiro se iniciou em 2000 quando houve uma falha na tentativa de criar um governo de transição unificado. Esse governo foi formado por líderes dos clãs Hawiye, Haber Gedir e Ayr, mas sofreu a oposição de uma coalizão de clãs e facções, denominado Conselho e Reconciliação e Reabilitação da Somália (SRRC, sigla em inglês) e era apoiado pela Etiópia. Este último fato proporcionou mais polarização interna porque o SRRC era considerado uma divisão complexa e com falhas (MENKHAUS, 2007).

O segundo momento ocorreu quando foi criado em 2005, o Plano de Estabilização e Segurança em Mogadíscio. Foi uma coalizão integrada por uma aliança composta por figuras políticas, representantes do clã Ayr, movimento islâmico ascendente, alguns senhores de guerra²⁰ do clã Hawiye, grupos de sociedade civil e comerciantes. Mesmo sendo oposição do governo de transição da época, a coalizão ainda tinha pouco em comum, pois foi criada por conveniência, e por isso o plano não fluiu, mesmo sendo considerado um movimento de esperança para o país naquele período (MENKHAUS, 2007).

¹⁹ Said Barre assumiu o governo do país em 1969. Os soviéticos apoiavam Barre, e seu governo era considerado autoritário que reprimia o povo e que era responsável por sequestros e assassinatos de líderes de clãs rivais (WILEY, 2008).

²⁰ São considerados chefes de milícias que agem sem os clãs (PARENTI et al. 2016).

O confronto armado com duração de apenas quatro meses, em 2006, entre grupos islâmicos de Mogadíscio e a Aliança para a Restauração de Paz e do Contraterrorismo²¹, apoiado pelos Estados Unidos, foi acusado de ter sido desnecessário, causando mudanças na trajetória política com consequências de mais conflitos e mais mortes de civis na capital. Esse episódio fez com que uma tensão sobre o controle de um porto privado que era de interesse de dois empresários, emergisse para conflitos armados entre milícias e a Aliança. Em quase todos os conflitos distintos que se envolveram, as organizações islâmicas tiveram êxito, o que favoreceu a ascensão do movimento e a tomada da capital, algo que foi diferentemente planejado pelos EUA. Tais eventos ficaram entendidos como o terceiro momento causador de conflitos que poderiam ser evitados (MENKHAUS, 2007).

O penúltimo momento foi justamente com a radicalização e expansão do Conselho dos Tribunais Islâmicos também conhecido como Corte dos Tribunais Islâmicos ou União dos Tribunais Islâmicos²² composto por líderes moderados e radicais que seguiam a ordem da Sharia. O Conselho se tornou a força política e militar do país e amplificou seu domínio. Perante isso, o governo de transição foi obrigado a dialogar mais com o grupo islâmico em busca de formação de um governo de unidade nacional. Todavia, mesmo com grande apoio popular, a Corte foi incapaz de manter o controle na linha de frente, o que resultou em um conflito armado com a Etiópia (MENKHAUS, 2007).

O último momento que também é trabalhado por Monteiro (2012) foi a invasão da Etiópia à Somália. Na presença das ameaças extremistas islâmicas e da possível ameaça à Etiópia, os militares etíopes invadiram o país, chegando à capital Mogadíscio em 2006. A ação foi extremamente criticada e acusada de ataques aos direitos humanos e de não surtir efeito no combate à violência. Depois desse episódio, o Al-Shabaab ganhou muitos apoiadores e se tornou ainda mais forte. Com a intervenção fracassada, a Etiópia se retirou da Somália em 2009 (MONTEIRO, 2012).

No que concerne à ameaça extremista, entre 2007 e 2008 a preocupação com o terrorismo na Somália se mostrava mais comum nos debates do governo em transição e nos debates de atores externos. Isso se deu, principalmente, pelo fato da ameaça do Al-Shabaab na tomada de poder. Inicialmente os insurgentes foram ganhando espaço no território e no

²¹ A aliança para a Restauração da Paz surgiu após o medo dos EUA com a influência da Al-Qaeda na Somália. A Aliança surgiu após pressões dos EUA nos parceiros locais para atuarem juntos nos combates contra os islâmicos. Esta aliança foi composta por grupos de empresários e líderes importantes do clã Hawiye e apoiado pelos americanos (MENKHAUS, 2007).

²² Criado para colocar ordem no país e restaurar os danos causados pelos senhores de guerra. A União dos Tribunais Islâmicos adota a Sharia o que causou preocupações da Etiópia e dos Estados Unidos. Devido a isso, os EUA começaram a negociar em 2006 com alguns Senhores de Guerra que desejavam o fim da UTI (MONTEIRO, 2012).

governo, que se recusava a negociar com eles. Com isso, os grupos passaram a ficar mais ofensivos, decapitando soldados, realizando missões suicidas contra agentes do governo, União Africana e outros. Os grupos também começaram a usar métodos e armas mais mortíferas, como explosivos improvisados. No final de 2008, no Acordo do Djibouti²³, o governo de transição mostrou sua preocupação com a ameaça do terrorismo e do Al-Shabaab (ELLIOT; HOLZER, 2009).

Nesse sentido, mesmo lidando há décadas com a violência extrema, percebe-se que a Somália começou a se preocupar com o terrorismo após ascensão do islamismo na esfera de influência e depois das ameaças de destituição, vindas, em especial, do Al-Shabaab. Tanto que, para alguns analistas o Al-Shabaab marcou, de fato, a chegada do “terrorismo global” na Somália, o que Elliot e Holzer (2009) discordam, argumentando que o grupo ainda se caracteriza como uma organização regional.

Diante os desafios recorrentes após o fim da Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) e as forças militares dos EUA conduziram várias operações humanitárias para restabelecer a ordem no país (WILEY, 2008). A primeira missão foi a Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM 1, sigla em inglês), que teve início e finalização em 1991 e tinha a intenção “de monitorar o efêmero cessar fogo entre os grupos beligerantes, facilitar e proteger a ajuda humanitária” (PENNA FILHO, 2011, p. 45). Para auxiliar a UNOSOM foi criada a Força Tarefa Unificada (UNITAF, sigla em inglês), mas teve pouco sucesso no combate ao desarmamento e no diálogo entre os grupos que lutavam pelo poder (PENNA FILHO, 2011). Os soldados enfrentaram grande resistência armada, que fez com que o Conselho de Segurança da ONU expandisse o mandato da UNOSOM para abranger mais o campo da segurança e das operações militares ofensivas (WILEY, 2008).

Mesmo perante a críticas das intervenções anteriores, foi estabelecida no ano seguinte, a UNOSOM 2, com os mesmos objetivos da UNOSOM 1 e da UNITAF²⁴ (PENNA FILHO, 2011). Contudo, Penna Filho (2011) evidencia que os resultados ainda foram desastrosos para os envolvidos e que a ONU falhou muito com operações na Somália. Major Wiley (2008) conclui que um dos principais fatores para a falha nas operações foi a falta da capacidade de liderança e de uma cadeia de comando.

²³ O acordo de paz no Djibouti culminou na retirada da Etiópia da Somália, na formação de um governo interino e na expansão do parlamento (ELLIOT; HOLZER, 2009).

²⁴ Penna Filho (2011, p. 45) ressalta que a UNITAF foi “uma missão liderada pelos Estados Unidos e sancionada pelas Nações Unidas. O objetivo era restaurar a paz, a lei e a ordem, dando continuidade à UNOSOM”.

A última missão estabelecida na Somália e que atua até o presente momento é a Missão da União Africana na Somália, a AMISON (WILEY, 2008), onde, em 2007 a ONU autorizou que a UA estabelecesse uma missão de paz no país (SANTOS, 2011). Um dos focos de combate da AMISON é o combate aos grupos terroristas, como o Al-Shabaab (MONTEIRO, 2012). A AMISON teve algumas vitórias consideráveis, em 2011 juntamente com o *Somali National Army* conseguiu expulsar o Al-Shabaab da capital (SHEIKH; FEISAL, 2016), em 2013 recuperou cerca de 14 distritos e retomou a cidade de Dinsoor em 2015, a qual era também dominada pelo grupo (BLANCHARD, 2011).

Um dos parceiros consideráveis em níveis de operação da AMISOM tem sido a Africom juntamente com o governo de transição da Somália. O comando deixa explícito que um dos seus alvos na Somália é o Al-Shabaab, pelo fato de representar ameaça não só para o país, mas também para os Estados Unidos. Por isso, nos últimos anos tem-se notado maior atuação da Africom nesse sentido, principalmente em combates diretos (fora dos treinamentos). Somente 2020, por exemplo, foram constatados mais de 46 ataques aéreos realizados tendo como alvo, o Al-Shabaab (AFRICOM, 2020c) e no início de 2021 a Africom destruiu um complexo do grupo perto de Tiyeeglow e, em seguida, realizou mais 2 ataques aéreos na cidade de Jamaame, que mataram três membros do Al-Shabaab. Ao todo, nos últimos dois anos, a Africom já realizou cerca de 200 ataques aéreos para desestabilizar o Al-Shabaab na Somália (IZECKSOHN, 2021).

Nas informações oferecidas pela Africom a respeito dos ataques aéreos não fica claro se todas estas operações são conduzidas através dos programas e treinamentos, o que se mostra é que, na maioria dos eventos, os ataques são em apoio ao governo federal de transição e a AMISON. Porém, perante as investigações feitas no capítulo anterior, pode-se supor que os ataques aéreos foram conduzidos através de programas de cooperação como a Célula de Coordenação Militar na Somália que busca combater e prevenir violência extremista.

Mesmo tendo as intervenções anteriores como exemplo, com grandes investimentos dos EUA, apoio da Africom e sendo considerada uma das maiores missões de paz do mundo com mais de 22 mil soldados e policiais, a AMISON enfrenta obstáculos. Em 2015, perdeu diversos soldados em ataques, entretanto, a organização não divulga com precisão os dados (BLANCHARD, 2016). Outra preocupação a respeito da organização é a constante “ameaça” de redução de contingente, o que pode ser perigoso, pois a Somália ainda é dependente dos recursos (INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES, 2016 apud PARENTI et al. 2016).

Além dos Estados Unidos, observa-se atuação de outros atores na Somália. De acordo com o *United Nations Security Council* (2010) a China, a União Europeia e outros países se

preocupam com a Somália, o caso da pirataria é escopo que causa grande receio desses atores²⁵. Tais países atuaram em operações como a *Atalanta*, que disponibilizava navios e tinha outras iniciativas para conter a pirataria, porém, como Saraiva e Joana (2011) apontam, as medidas ainda não foram capazes de reprimir os piratas.

A União Europeia demonstra apreensão com a pirataria, mas também se caracteriza como maior financiador da AMISON. Com o Programa Indicativo Nacional o bloco europeu forneceu cerca de 100 milhões de euros entre 2014 e 2020 para construção de paz na Somália. Atualmente a UE possui três missões de segurança de defesa no país, a Missão de treinamento Militar (EUTM) para apoiar as forças de segurança na Somália, a Força Naval da UE que combate à pirataria e a EUCAP para segurança marítima (DELEGATION OF THE EUROPEAN UNION TO SOMÁLIA, 2016).

O ator regional que mais tem buscado melhorar a situação da Somália é a União Africana, como informado anteriormente, a ONU autorizou que UA estabelecesse uma força no país, que se denominou posteriormente como AMISON. (este parágrafo está prolixo)

Ao analisar as informações obtidas pelo contexto histórico da Somália, entende-se que a guerra civil no país iniciada antes mesmo da deposição do ditador Said Barre, os conflitos distintos que surgiram a partir de um Estado frágil e sem governo efetivo, as intervenções estrangeiras, em especial da ONU liderada pelos Estados Unidos, juntamente com suas falhas e baixa eficiência e a ascensão do islamismo colaboraram para um país com grandes índices de violência. Tais fatores proporcionaram um território favorável para instalações e atuação de grupos terroristas que visam atingir seus interesses políticos e ideológicos.

Randing (2008), levando em consideração os fatores de falência estatal, falta de capacidade para prover direitos mínimos à população descreveu a Somália como um Estado falido. Ademais, a população composta em sua maioria por muçulmanos e somalis étnicos e boa parte dos conflitos sendo entre clãs, provocou ainda mais um ambiente com variadas tensões (RANDING, 2008). O governo em transição é comandado pela União das Cortes Islâmicas. Esse governo teve reconhecimento internacional em 2004, mesmo havendo certa desconfiança de que os líderes tivessem ligação com a Al-Qaeda, porém, não há provas que ligue a Corte com o grupo (RANDING, 2008).

Foi em 2012 que o processo de transição do governo foi concluído após o estabelecimento de uma Constituição provisória em agosto, com viés islâmico e a transferência

²⁵ Abordar profundamente a pirataria não se faz necessário neste trabalho, pois o objetivo do capítulo é analisar o caso do Al-Shabaab na Somália e Africom. E como abordado anteriormente, o grupo tem poucas relações ideológicas com a pirataria, limitando-se mais em alguns casos de comércio entre ambos (SAIVA; JOANA, 2011).

do governo para a capital. Em novembro do mesmo ano, Hassan Sheikh Mohamud foi eleito presidente da Somália (SANCHES, 2014). No ano seguinte, na Conferência Visão 2016, o governo estipulou algumas metas a serem cumpridas, entre elas, a de revisar a Constituição e realizar um referendo e a de promover eleições diretas nos próximos anos (ABUKAR, 2015).

Apesar dos esforços nos últimos anos, a Somália ainda tem atingido grandes índices de ataques terroristas. De acordo com os dados oferecidos pelo *Global Terrorism Database* (START, 2020), de 2009 a 2017, no que se refere à análise sobre os principais países com ataques terroristas, percebe-se que, entre os dez países onde houve mais ataques, a Somália esteve presente em quase todos os anos, exceto em 2015, como é descrito na tabela 4. Tais dados, corroboram para o argumento de que a instabilidade e os conflitos no país colaboram para uma ação mais violenta de grupos extremistas.

Tabela 4. Somália nos índices dos 10 países que mais sofreram com ataques terroristas entre 2009 e 2017.

Ano	Ataques	Mortes	Posição
2009	122	381	9º
2010	130	295	9º
2011	185	344	6º
2012	325	783	6º
2013	342	660	9º
2014	872	1589	5º
2015	-	-	-
2016	602	1583	6º
2017	614	1912	6º

Fonte: produzida pela autora com bases nos dados da *Global Database Terrorism* (START, 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017).

Considerando que a Africom já estava presente na África nos anos abordados na tabela 4 nota-se que a Somália apresentou consecutivamente índices de ataques terroristas. Quando se debate sobre tais ataques, argumenta-se novamente acerca condutas do comando, se o mesmo realmente tem a intenção de contribuir para redução de índices como o apresentado anteriormente ou se as críticas apresentadas no capítulo dois são efetivamente consideradas como os reais motivos da presença do comando.

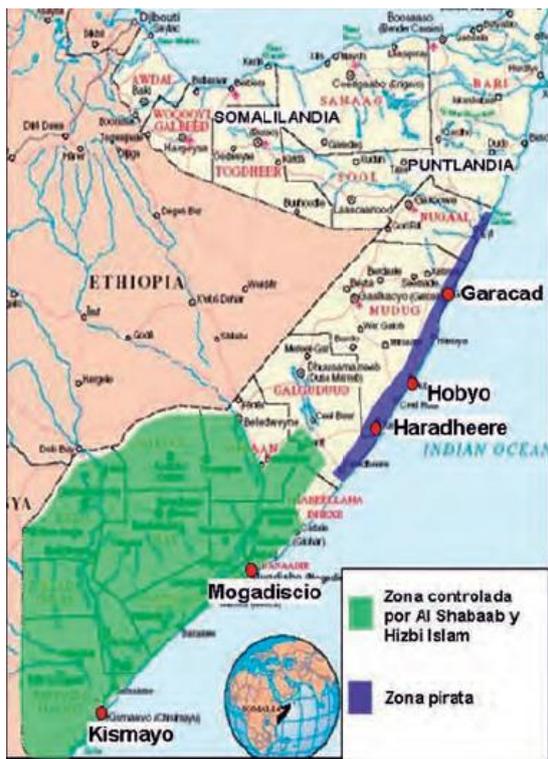
3.2 OBJETIVOS E MÉTODOS DO GRUPO TERRORISTA AL-SHABAAB: ANÁLISE DOS INCIDENTES PERPETRADOS E AÇÕES DA AFRICOM PARA COMBATÊ-LOS

Dentre os inúmeros desafios enfrentados pela Somália, o combate ao terrorismo é um dos que mais preocupam os governantes e a comunidade internacional. Entre os grupos atuantes em território somali, tem-se o Al-Shabab (A Juventude), uma organização jihadista salafista²⁶ (SANCHES, 2014) que já foi considerada um dos grupos terroristas mais mortíferos do mundo (MONTEIRO, 2012), o mais violento da Somália e o mais averso a negociações (PAINCEIRA, 2011), por atacar defensores dos direitos humanos, jornalistas, voluntários, membros de organizações e outros (MONTEIRO, 2012). Tais ocorridos fizeram que os Estados Unidos considerassem a organização como terrorista em 2008 (BBC, 2017).

Estima-se que o grupo foi constituído por jovens radicais da parte armada da União dos Tribunais Islâmicos que lutaram contra os senhores de guerra entre 2004 e 2006. Depois disso, o Al-Shabaab passou a agir com táticas terroristas, colocando bombas, atacando comboios, fazendo emboscadas e ataques suicidas, trazendo mais vítimas e aumentando a instabilidade no país (PAINCEIRA, 2011). Atualmente, o grupo busca derrubar o Governo Federal de Transição na Somália e estabelecer a Sharia radical (MONTEIRO, 2012). O domínio do grupo já se estendeu pelo sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio e a cidade de Kismayo, onde existe um importante porto, como é frisado por Paineira (2011) na figura 3. Porém, é relevante abordar que como a União Africana expulsou o Al-Shabaab do porto em 2012 (SÁNCHEZ, 2014) e que nos últimos anos o grupo teve perda de território considerável, como mostrado na seção anterior. A figura 3 serve como análise para compreender o tamanho do território que já foi controlado pelo Al-Shabaab. (quando foi controlado? E como está a situação na atualidade?)

Figura 3. Zona com grande influência do Al-Shabaab, 2011.

²⁶ O Salafismo é uma corrente do Islã que faz uma interpretação rigorosa e literal do Corão. Os Salafistas copiam a forma de viver de Maomé e seus discípulos. A aplicação da lei da sharia faz parte do salafismo. Esta corrente não é política, mas rejeita os valores ocidentais (G1, 2006).



Fonte: Painceira (2011, p. 47).

Composto por clãs, a maioria dos membros é formada pelo subclã Hawiye (MONTEIRO, 2012) e com organização dividida por células independentes de acordo com a região geográfica (ROQUE, 2010 apud MONTEIRO, 2012). O Al-Shabaab também possui laços ideológicos com a Al-Qaeda, alguns dos seus líderes foram acusados de participar dos ataques em Nairobi e Dar es Salaam (1998 e 2002) (PAINCEIRA, 2011). Além disto, o Al-Shabaab se tornou ainda mais forte em 2010, com a junção do Hizbul Islam (GAROWE ONLINE, 2020), organização formada em 2009 que chegou a ser considerada o segundo grupo mais perigoso do país e que, antes disso, já havia cometido ataques em parceria com o Al-Shabaab: em 2009 atacaram os *peacekeepers* da União Africana, causando 50 mortes (MONTEIRO, 2012).

Uma característica interessante a ser analisada a respeito do Al-Shabaab é sua propaganda e método de recrutamento. A divulgação de vídeos na internet é comum para divulgar suas ideologias, mas também para recrutar membros de outros países. Como técnica de abordagem, o Al-Shabaab usa discursos sobre racismo, exclusão e pobreza que os jovens sofrem em outras nações (MONTEIRO, 2012).

Para gerar receita, a organização extorque agricultores em áreas dentro e fora do seu controle, além disso, existe a suspeita de que atua no comércio ilícito de açúcar no Quênia, no tráfico de heroína (BLANCHARD, 2016) e de que recebem ou negociam com piratas, mesmo

não havendo uma ligação ideológica direta entre ambos (SANCHES, 2014). Vale destacar novamente que, até 2012, o Al-Shabaab possuía controle do porto de Kismayo, o mais importante do país (SANCHES, 2014), o que pode ter contribuído para o comércio do grupo.

O grupo já sofreu algumas ofensivas significativas por parte dos Estados Unidos. Um dos momentos mais importantes foi a morte do “Emir” Ahmed Abdi Mohamud em 2014, que foi considerado um grande golpe para o Al-Shabaab (BRYDEN, 2015 apud PARENTI et al. 2016). Ademais, Sanches (2014) mostra que tem havido uma dificuldade do grupo em adquirir armas e que as deserções têm sido recorrentes, colaborando para o enfraquecimento da organização.

Para entender melhor sobre o aumento da violência causada pelo Al-Shabaab, utiliza-se a partir de agora, os dados do *Global Terrorism Database* (GTD), que é mantido pelo Consórcio Nacional para o Estudo do Terrorismo e Resposta ao Terrorismo (START, sigla em inglês), da Universidade de Maryland, e que analisa inúmeras variáveis para aplicar em suas fontes dados sobre ataques terroristas, vítimas, mortes, regiões, grupos, métodos, armas e objetivos. Para compilar esses dados o GTD considera como terrorismo apenas “a ameaça ou uso real de força ilegal e violência por um ator não estatal para atingir um objetivo político, econômico, religioso ou social por meio do medo, coerção ou intimidação” (GTD, 2019, p. 10, tradução nossa).²⁷

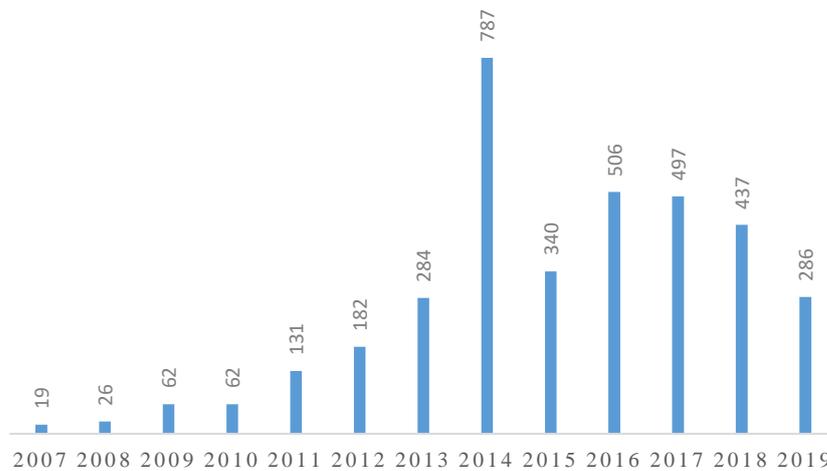
O banco de dados do GTD foi escolhido devido a diversidade de informações disponibilizadas e pelo fato do conceito de terrorismo usado pelo GTD se relacionar de maneira próxima com o diálogo abordado pela Africom no que tange combate a grupos terroristas.

Quanto aos ataques causados pelo Al-Shabaab na Somália, percebe-se que, de acordo com a figura 4, o número de incidentes perpetrados pelo Al-Shabaab na Somália cresceu significativamente entre os anos de 2011 e 2018, tendo uma redução em 2019. Para chegar as essas informações, o GTD considera incidentes como eventos independentes, ou seja, mesmo que os eventos tenham sido praticados no mesmo dia, mas em horários e localidades distintos, são considerados incidentes diferentes (GTD, 2019).

Dentre os incidentes ocorridos, observa-se na figura 5, que houve desde 2007 uma taxa de sucesso considerável. Pode-se entender como sucesso, quando de fato houve danos tangíveis, mesmo não havendo vítimas (GTD, 2019). Isso levanta o argumento a respeito da eficácia dos meios usados pelos que estão envolvidos na prevenção aos ataques do Al-Shabaab, pelo fato do período estudado ser o mesmo em que a Africom se estabeleceu na África.

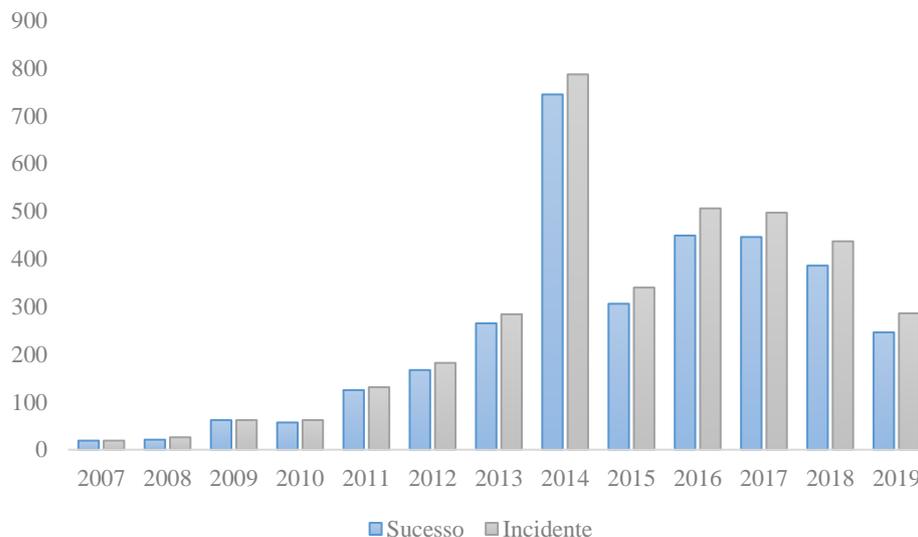
²⁷ No original: “a terrorist attack as the threatened or actual use of illegal force and violence by a non-state actor to attain a political, economic, religious, or social goal through fear, coercion, or intimidation” (GTD, 2019, p. 10).

Figura 4. Incidentes Perpetrados pelo Al-Shabaab na Somália, 2007-2019.



Fonte: produzida pela autora com bases nos dados da *Global Database Terrorism* (START, 2021).

Figura 5. Sucesso dos Ataques Perpetrados pelo Al-Shabaab na Somália, 2007-2019.

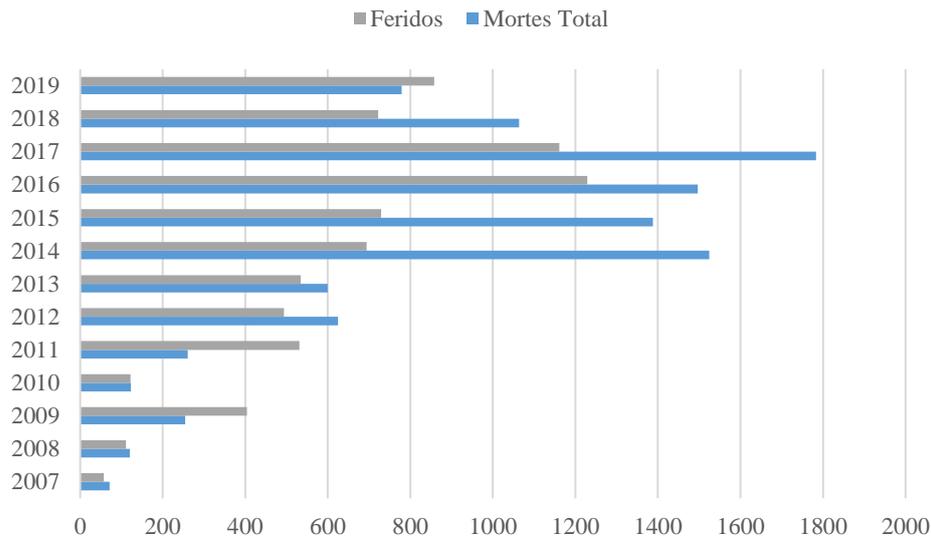


Fonte: produzida pela autora com bases nos dados da *Global Database Terrorism* (START, 2021).

O GTD (2019) utiliza o total de fatalidades por incidentes para contabilizar os dados sobre mortes, entre o total, pode-se incluir, tanto vítimas militares e civis quanto perpetradores que morreram nos atentados. Além disso, o GTD (2019) não contabiliza dados em que as informações não foram divulgadas ou foram vagas. A figura 6 mostra que nos anos entre 2014 e 2018 foram registradas mais de mil fatalidades totais. Houve uma redução nos a partir de 2014, mas se nota que, desde 2007, tanto o número de feridos quanto o número de mortes

tiveram um crescimento constante. Dentre o número total, enfatiza-se que no mesmo período foram constatados 10 óbitos de cidadãos americanos no território da Somália, em incidentes causados pelo Al-Shabaab.

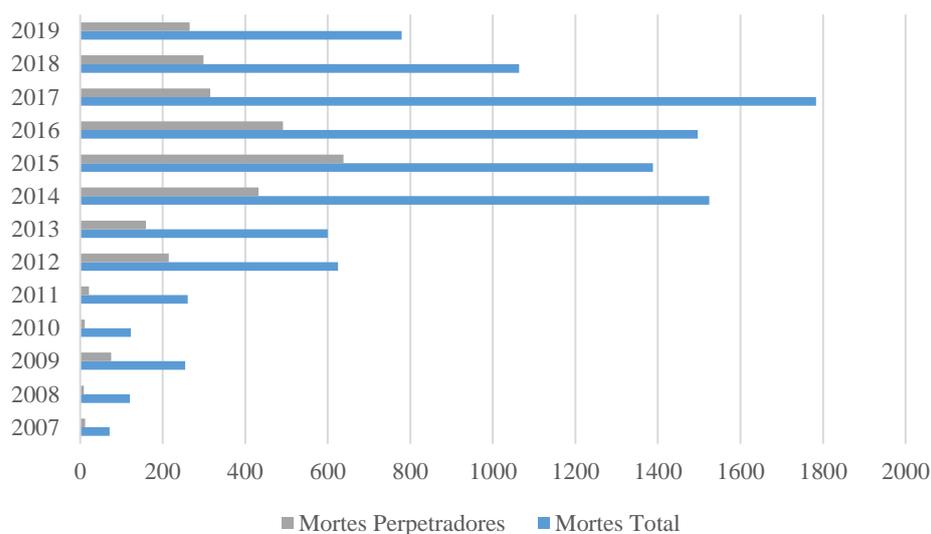
Figura 6. Fatalidades e Feridos por Ataques Perpetrados pelo Al-Shabaab na Somália, 2007-2019.



Fonte: produzida pela autora com bases nos dados da *Global Database Terrorism* (START, 2021).

Em relação as fatalidades, inclui-se um subcampo de análise que diz respeito à morte de próprios perpetradores, que entre os anos de 2012 a 2019 teve um crescimento com algumas oscilações, tendo o seu ápice em 2015, quando foi registrado mais de 600 mortes desse grupo. Esta investigação levanta o debate sobre os tipos de ataques usados, que será mostrado na figura 8, pois o meio de ataque em si já pode provocar óbito imediato. As informações desse campo também poderiam ser melhor analisada se fossem combinados com dados a respeito dos fatores que direcionaram as mortes de perpetradores, porque poderia concluir se houve embate direto com as forças contrárias e seus parceiros, esta última indagação não é um campo de estudo abordado até o momento pelo GTD. A figura 7, permite observar com mais clareza a diferença de fatalidades totais e de mortes dos perpetrados do Al-Shabaab nos incidentes.

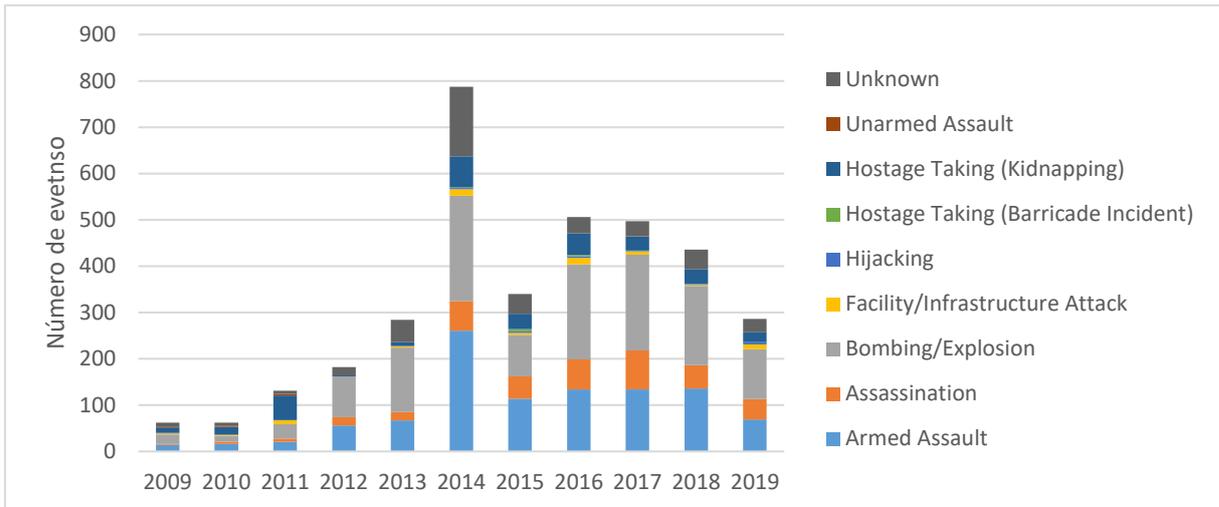
Figura 7. Fatalidades Totais x Fatalidades dos Perpetradores, 2007-2019.



Fonte: produzida pela autora com bases nos dados da *Global Database Terrorism* (START, 2021).

O grupo tem utilizado vários tipos de ataques para atingir seus alvos. O GTD (2019) reflete que o método de ataque mostra quão avançada e ampla são as táticas usadas, e devido a isso, considera nove categorias de ataques, sendo que podem ser registrados até três tipos de ataques por incidentes. Os principais tipos de ataques usados pelo Al-Shabaab têm sido por meio de bombas e explosões, seguidos por assalto armado, assassinato e sequestro de bens, descrito na legenda como *Hijacking* (assumindo controle de veículos para libertar prisioneiros ou para atingir objetivos políticos), há também meios desconhecidos, que por falta de informações, não foram inseridos. Tais tipos de ataques, demonstra que o grupo utiliza métodos mais mortíferos que podem causar fatalidades diretas de seus membros, mas que os incidentes foram registrados com mais frequência, e isso pode ter auxiliado sucesso dos ataques. Ademais, compreende-se que para perpetrar ataques com mais frequência e com mais mortes de seus membros, o grupo precisa ter facilidade para recrutamento e poucas ameaças de rivais que poderiam proporcionar uma redução da organização.

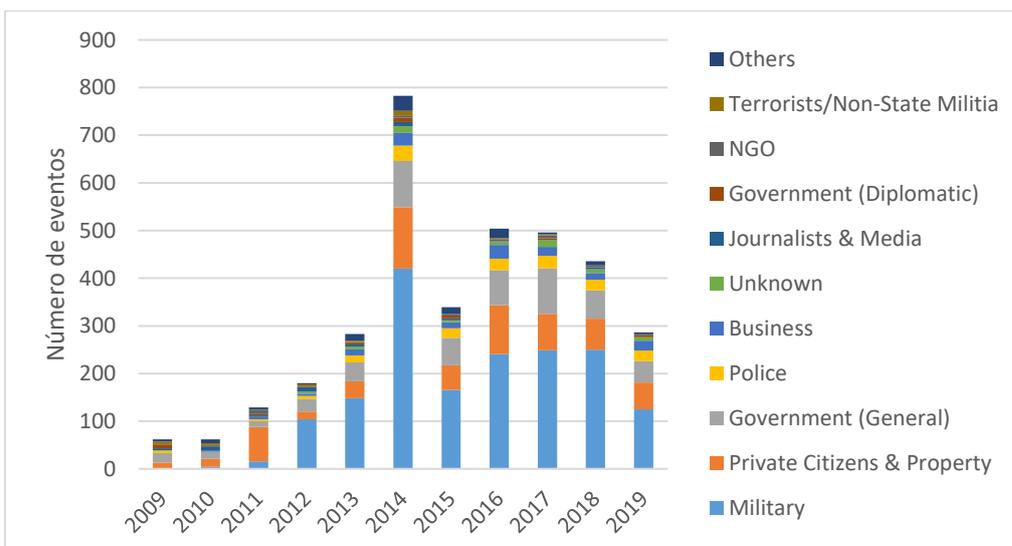
Figura 8. Eventos Terroristas Praticados pelo Al-Shabaab por Tipo de Ataque, 2009-2019.



Fonte: produzida pela autora com bases nos dados da *Global Database Terrorism* (START, 2021).

Na figura 9 é listado os tipos de alvo do Al-Shabaab, nos dados coletados, é evidente que os militares são os principais objetos de ataque do grupo. Isso se pode dar pelos conflitos com atores externos e com as forças militares do governo em transição da Somália. Seguidos dos alvos militares, tem-se civis, demonstrando que o grupo não limita seus alvos ou demonstra preocupação com os atingidos. O governo também sofreu com ataques do Al-Shabaab, o que é plausível, pois um dos objetivos do grupo é destituir o governo, assumir o controle e implantar a sharia.

Figura 9. Eventos Terroristas Praticados pelo Al-Shabaab por Alvo de Ataque, 2009-2019.



Fonte: produzida pela autora com bases nos dados da *Global Database Terrorism* (START, 2021).

A relação dos dados demonstra que a atuação do Al-Shabaab na Somália é preocupante para o governo em transição, pois uma das metas do grupo é destituir o governo. Dessa forma, o governo tem buscado atuar em combate com ajuda de parceiros regionais e externos. No combate ao terrorismo, a União Africana atua em consonância com a Organização das Nações Unidas, a preocupação de ambos se materializou na AMISON. Os Estados Unidos também demonstram seus receios com o Al-Shabaab, que apresenta riscos aos interesses dos EUA no país, e fora dele, isso se dá devido a sua expansão e a possível atuação com a Al-Qaeda. Estas apreensões também são identificadas nos métodos e táticas usados pelo grupo, que se mostrou mais mortal a cada ano, mostrando que as ações militares dos atores envolvidos possuem dificuldade em contê-lo.

A partir das análises dos gráficos entende-se que os registros vão além de dados estatísticos, compreende que os incidentes são um risco para atores contrários a grupos terroristas, pois demonstram uma expansão no que tange alvos, estratégias e técnicas que podem exigir mais esforços militares e cooperação dos que desejam combatê-lo.

3.3 A AFRICOM E OS PARCEIROS ESTÃO CONSEGUINDO COMBATER O AL-SHABAAB?

Desde o início das operações, a Africom sempre buscou estreitar as relações com a Somália e atuar no combate às organizações extremistas com foco no Al-Shabaab. Os programas de cooperação, exercícios e as operações com a AMISON, Célula de Coordenação Militar na Somália e com o governo federal em transição são os principais meios para contribuir com a recuperação do país. Vale lembrar que boa parte das operações são realizadas junto com tropas do Governo Federal da Somália, dando a entender que o governo atual de transição do país recebe bem a Africom. Em relação a última análise, não foram encontradas declarações oficiais nos canais de informações do governo de transição, mas no site da Africom está parceria é sempre evidenciada.

Mesmo o Comando dos Estados Unidos atuando com treinamento e operações com tropas militares parceiras, verifica-se que o grupo extremista Al-Shabaab teve uma taxa de sucesso bem próxima aos números de incidentes, o que pode contestar se as ações de combate e prevenção têm surtido o efeito esperado. Além disso, mesmo com os impasses de receita e deserções nos últimos anos, o grupo tem efetuado diversos ataques com frequência, e estes têm causado cada vez mais mortes e danos ao país. Embora 2019 tenha apresentado uma baixa na atuação do grupo, ainda fica a incerteza se as taxas continuarão a reduzir, pois as táticas da

Africom ainda permanecem as mesmas, e os Estados Unidos não tem demonstrado mudanças concretas na abordagem, o que será constatado logo abaixo. (é baixa se considerado o período compreendido entre 2014 e 2018, mas está em patamar elevado quando comparado o período entre 2009 e 2013)

Em relação a atuação dos Estados Unidos, é importante incluir no debate o apontamento de Blanchard (2016), para quem o número de ataques contra o Al-Shabaab foi menor em comparação com os do Paquistão e do Iêmem. Ademais, Blanchard (2016) evidencia que as forças de segurança nacional não têm recursos suficientes para conter o adversário e são incapazes de garantir paz no país sem apoio de atores externos. Outro fator que pode ser destacado é sobre a possibilidade de existir confronto militarizado ofensivo que visa degradar as forças inimigas, visto que, na Somália, a Africom tem o objetivo de conter o Al-Shabaab, tendo o sul do país como foco, que é onde o grupo tem maior influência. O embate militarizado foi muito criticado por autores estudados no segundo capítulo.

Desde a administração de Barack Obama, as relações EUA e Somália têm passado por oscilações. Na presidência de Obama, houve algumas ações voltadas para o contraterrorismo na Somália. Em 2011 o governo almejou um projeto para uso de drones no combate ao terrorismo como justificativa de minimizar as baixas e melhorar as responsabilidades, mas isso não contribuiu nem para derrotar o Al-Shabaab e nem as forças de insurgências. Ainda em 2011, Obama tentou adotar uma abordagem em duas frentes, de apoio ao governo da Somália e de atuar mais próximo da população para fortalecer as comunidades locais, para assim, derrotar forças adversárias (MALITO, 2021).

Os Estados Unidos alegam que sua presença é essencial para a segurança da Somália e para o combate do Al-Shabaab, mas o presidente Donald Trump, no final de 2020, ordenou um redirecionamento de tropas para outros países. Alguns especialistas acreditam que essa decisão pode trazer sérios riscos para a situação política da Somália e para o equilíbrio militar (MALITO, 2021). Mas diante disso, Malito (2021) expressa dois pontos em argumento, que os Estados Unidos não estariam, de fato, deixando o país, e que a presença estadunidense nunca foi um componente de estabilidade, pois os EUA venceram batalhas junto com os parceiros, mas não a guerra.

No entanto, mesmo com os percalços, os desafios na Somália são certamente preocupantes para a Africom e Estados Unidos, pois a instabilidade tem proporcionado períodos violência extrema e mais impedimento para os EUA atingirem seus interesses. Por isso, perante os históricos de missões humanitárias desastrosas e ameaças terroristas, Major Wiley (2008) entende que as experiências anteriores podem servir de lições para os Estados Unidos e

Africom. Wiley (2008) ressalta que o treinamento contínuo é imprescindível para evitar atritos indesejáveis e que os oficiais e suboficiais que foram indicados para lidar com missões devem passar por programas de familiarização antes das missões. Selecionar militares que já possuem conhecimento a respeito da região também pode ser uma vantagem, pois a África tem um ambiente cultural diverso. Ademais, buscar uma cooperação militar mais estreita com foco local é necessário para restauração e construção. Equipar, usar terminologias adequadas nas operações e não subestimar o rival²⁸ fazem parte das lições retiradas pelos acontecimentos que ocorreram na Somália (WILEY, 2008).

Basicamente, não há análise nesta última seção que procure demonstrar o argumento central apresentado no início. Como já havia mencionado em correções anteriores, você faz uma breve revisão bibliográfica da atuação dos EUA na Africom, com pouca ênfase ao combate ao terrorismo, e sem relacionar com iniciativas apresentadas no segundo capítulo. Dessa forma, a argumentação perde a consistência.

Os outros atores que também têm agido no país podem contribuir de forma mais direta em combate ao Al-Shabaab, evitando militarização. Mesmo que as informações coletadas no primeiro capítulo demonstrem que a China, Rússia e países da Europa são contra o terrorismo, os mesmos têm almejado métodos diferentes, voltado para cooperação, investimento, comércio e desenvolvimento, para assim, atingir seus interesses. Há evidências militares desses atores na África como um todo, a China possui base no Djibuti, a União Europeia tem os programas voltados para reconstrução do Somália, mas ainda não se destaca projetos efetivos em níveis operacionais voltados para combate ao Al-Shabaab e o terrorismo no país somali.

No que concerne à violência perpetrada pelo Al-Shabaab, as observações e dados que foram analisadas até o momento demonstram que o grupo ainda atua com extrema violência em nome de suas ideologias e de suas posições políticas. Então, um conjunto de habilidades bem planejadas e executadas, operações eficazes, investimentos necessários, engajamento direto reprimindo militarização podem contribuir para a melhor atuação dos EUA e parceiros na Somália, na verdade, esses métodos são empregados, mas com pouca intensidade em relação ao que foi feito em outras regiões.

Ademais, a Somália é uma região com grande complexidade cultural, e mesmo havendo uma a instauração de um governo definitivo no país e operações estrangeiras e regionais eficientes, os conflitos de clãs e islâmicos ainda podem perpetuar por algum tempo.

²⁸ Os Estados Unidos subestimaram os seus rivais durante as operações nos anos 1990 na Somália, que no caso eram as milícias somalis (WILEY, 2008).

CONCLUSÃO

A presente monografia permitiu avaliar a atuação da Africom em combate ao terrorismo na África, tendo como base o estudo de caso do Al-Shabaab na Somália. Foi feita uma breve contextualização histórica das relações dos EUA e de outros países com a África que permitiu a compreensão sobre a formação africana no escopo de segurança e violência. Além do mais, as conexões da África com outros países contribuíram para assimilar os objetivos dessas nações no continente africano e para compreender o receio americano com eles.

Para compreender a sobre guerra ao terror abordada pelos Estados, a análise da sua percepção sobre o tema no primeiro capítulo foi importante, pois este fator provou-se essencial para nortear os antecedentes e as diretrizes da Africom, porque demonstra a finalidade de direcionar a temática de guerra ao terror para os valores ocidentais e americanos.

Ao distinguir os aspectos do comando percebe-se que o discurso foca na cooperação e no desenvolvimento, entretanto, no decorrer do projeto, evidencia a preocupação com o terrorismo, com a obtenção de recursos naturais e com outros atores internacionais envolvidos na África. Para atingir os objetivos, a Africom trabalha com exercícios, cooperação militar e auxílio em operações com diversos parceiros que estão presentes nas áreas de atuação. Os meios empregados pelo comando certificam a intenção dos EUA em se inserir nos mais variados campos de atuação.

Dessa forma, foi possível analisar uma atuação direta e militarizada da Africom no combate ao terrorismo. Esta forma de operar coloca em pauta a verdadeira intenção americana em usar a Africom no combate ao terrorismo. Os parceiros se mostraram essenciais para os EUA conseguir agir operacionalmente, como exemplo foi identificado a cooperação com o governo federal de transição da Somália e a AMISON. Esta colaboração proporcionou ataques aéreos que visaram degradar o Al-Shabaab.

Contudo, a inserção da Africom recebeu opiniões contrárias que se mostraram plausíveis diante as declarações registradas. Realmente, a Africom explícita os seus outros interesses, que vão além de cooperação e desenvolvimento. Isso acarretou desconfianças entre atores regionais que colocaram em pauta os verdadeiros motivos da inserção americana na África. Essas reações dificultaram a expansão do comando.

Ao aprofundar sobre o contexto histórico da Somália no último capítulo, pode-se concluir que o cenário de violência no país pode ter contribuído para um ambiente favorável aos grupos terroristas. Ademais, a análise ressalta que muitas ações estrangeiras fracassadas auxiliaram na expansão islâmica, e que algumas delas foram lideradas pelos Estados Unidos.

Com a expansão islâmica na Somália, surgiu-se o Al-Shabaab. Os motivos para a criação desse grupo, seus métodos e suas finalidades demonstram que a situação no país favoreceu esta organização, pois eles buscam implementar a sharia radical, derrubar o governo e conquistar mais territórios.

Com as informações obtidas pelo GTD, foi possível certificar que o Al-Shabaab conduziu ataques que causaram danos e mortes e proporcionaram sua ascensão. Isso mostra que, indiretamente ou não, atuação do comando militar americano não contribuiu para a degradação do grupo terrorista. Tal fato, levanta o debate sobre a capacidade do comando em combater os grupos terroristas na África como um todo, porque a Africom usa as mesmas táticas em outros países, e, em alguns, a presença ainda é inferior em relação ao que é feito na Somália.

Portanto, conclui-se a Africom em combate ao terrorismo na África enfrenta impasses na sua execução. As ações limitadas do comando não trouxeram resultados significativos contra os terroristas, na verdade, como evidenciado anteriormente, os incidentes causados por grupos terroristas aumentaram significativamente, enfatizando a alegação de que a Africom não consegue reprimi-los. Além do mais, demonstra-se pouca coalizão com atores externos nas ações do comando, agindo de maneira individualista, dificultando uma cooperação multilateral e proporcionando o militarismo americano no continente africano.

A partir das investigações, pode-se sugerir que os Estados Unidos através da Africom proponham um diálogo mais aberto com os parceiros regionais acerca de suas intenções. O embate militarizado pode causar conflitos no futuro entre os EUA e os atores africanos, por isso, a Africom pode explorar os exercícios e a interoperabilidade como forma de atingir seus resultados. A *African Lion* e o *Flintlock* são exercícios que podem ser ampliados, pois trabalham em frentes que auxiliam os parceiros no combate ao terrorismo. E investir em programas similares podem ajudar os parceiros a fazerem o operacional na guerra contra o terror.

A limitação de algumas informações que não são disponibilizadas pela Africom poderia ter complementado a pesquisa. Por exemplo, o site não providencia um relatório formal acerca das operações militares e investimentos. O acesso a informações sobre vítimas civis durante as operações fica apenas disponíveis a partir de um cadastro prévio e são entregues a parentes, este último dado seria interessante para entender os níveis de mortalidade das operações que a Africom participa. Além do mais, as revisões bibliográficas partem mais da visão ocidental sobre o tema e não há a mesma variedade de informações a respeito das posições africanas sobre a Africom.

REFERÊNCIAS

ABEGURIN, Olayiwola. “AFRICOM: The U.S. Militarization of Africa”. In: VOLMAN, Daniel; BENJAMIN, Jesse. **Introduction to AFRICOM Special Issue: Analysis and Activism**. ACAS Bulletin, [S. l.], n. 78, 2007, p. 1- 28.

ABRANTES, Ruben. **Estados Falhados: Uma (in) definição**. [S l.], 2013.

ABUKAR, A. **Somalia: A Brief Country Report**. Amsterdam, 2015. Disponível em: <<http://www.awepa.org/wp-content/uploads/2015/10/Somalia-A-Brief-and-Country-Report.pdf>>. Acesso em: 12 maio. 2021.

ADAM, Gabriel Pessin; SCHUTZ, Nathaly Xavier. Relações EUA-África: os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s.l.], v. 6, n. 2, dez. de 2019, p. 185-204.

AFRICOM. About the Command. **United States Africa Command**, [s.l], 2020a. Disponível em: <https://www.africom.mil/about-the-command>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. About the Command. **United States Africa Command**, [s.l], 2020b. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Al-Shabaab terrorist network: the nature of this enemy. **U.S Africa Command Public Affairs**, [s.l], 2020c. Disponível em: <https://www.africom.mil/pressrelease/33101/al-shabaab-terrorist-network-the-nature-of-th>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. Federal Government of Somalia, AMISOM, AFRICOM Conduct Operations Against Al-Shabaab. **U.S Command Public Affairs**, [s.l], 2020d. Disponível em: <https://www.africom.mil/pressrelease/32653/federal-government-of-somalia-amisom-africom>. Acesso em: 28 maio 2021.

_____. What We Do: Exercises. **United States Africa Command**, [s.l] [2021?]a. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/exercises>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. What We Do: Security Cooperation. **United States Africa Command**, [s.l], [2021?]b. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. What We Do: Military Coordination Cell - Somalia. **United States Africa Command**, [s.l], [2021?]c. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation/military-coordination-cell---somalia>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. Justified Accord. **United States Africa Command**, [s.l], [2021?]d. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/justified-accord>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. Flintlock. **United States Africa Command**, [s.l], [2021?]e. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/flintlock>. Acesso em: 25 maio 2021.

_____. Women, Peace, & Security. **United States Africa Command**, [s.l.], [2021?]. Disponível em: <https://www.africom.mil/additional-programs/women-peace-security>. Acesso em: 25 maio 2021.

ALEMANHA sedia comando militar norte-americano para a África. Deutshe Welle (DW), [S.l.], 8 fev. 2007. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-sedia-comando-militar-norte-americano-para-a-%C3%A1frica/a-2341598>. Acesso em: 4 nov. 2020.

ALISSON, Simon. **Djibout's greatest threat may come from within**. Mail e Guardian, [S.l.], mar. 2018. Disponível em: <https://mg.co.za/article/2018-03-02-00-djiboutis-greatest-threat-may-come-from-within/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

AL-SHABAAB "silent" on death of senior commander in Somalia. Garowe Online, [S.l.], ago. 2020. Disponível em: <https://www.garoweonline.com/en/news/somalia/al-shabaab-silent-on-death-of-senior-commander-in-somalia>. Acesso em: 13 maio 2021.

ALVES, João Paulo de Moura. Da Guerra ao Terror à Guerra à Presença Chinesa na África: A Criação do Africom e a sua Lógica. **Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul**, [S.l.], v.2, n.2, jul/dez 2015, p. 44-52.

BAH, A. SARJOH; ANING, KWESI. US Peace Operations Policy in Africa: From ACRI to AFRICOM. **International Peacekeeping**, [S. l.], v.15, n.1, 2008, p.118–132.

WHO are Somalia's al-Shabab? BBC NEWS, [S.l.], dez. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-15336689>>. Acesso em: 12 maio. 2021.

BENNET, Andrew. “Case Study Methods: Design, Use, and Comparative advantages” in: SPRINZ, Detlef F; WOLINSKY, Yael. **Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methodos**, [S.l.], 2002, p. 21-64.

BERNARDINO, Luís Manoel Brás. A "nova" estratégia americana para a África. **Revista Militar**. [S.l.], n. 2463, abril 2007, p. 1 – 11. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/195>. Acesso em: 12 maio 2021.

BESENYÓ, János. The Africa Policy of Russia. **Terrorism and Political Violence**, [S.l.], p. 132-153, DOI: 10.1080/09546553.2018.1555976, 2019. (aparentemente, esta referência está incompleto e sugiro retirar o DOI, porque o manter implica em colocar o DOI em todas as demais referências de artigo para padronizar o trabalho)

BIEGON, Rubrick; WATTS, Tom. “Security Cooperation as Remote Warfare: The US in the Horn of Africa”. In: BODE, Ingvild; HUELSS, Hendrik. **The future of remote warfare? Artificial intelligence, weapons systems and human control**. University of Southern Denmark, 2021, p, 218- 228.

BLANCHARD, Lauren Ploch. The Fight Against Al Shabaab in Somalia in 2016. **CRS Insight**, [s. l.], 2016. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/20160119_IN10432_68c47c586559a4569aae7dd3d947f8f0ace6c7a4.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

CHEVTCHENKO, Nikolai. Quem foram os principais aliados da URSS durante a Guerra Fria? **Russia Beyond**, [S.l.], maio 2020. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/83904-principais-aliados-urss-guerra-fria>. Acesso em: 4 maio 2021.

CHINA. China and the World in the New. **The State Council Information Office of the People's Republic of China**. Xinhua, Beijing, 2019. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html. Acesso em: 12 maio 2021.

CLAPHAM, Christopher. Africa and the international system: The politics of state survival. The militarisation of Africa's external relations; Africa in the post-Cold War world. **Studies in International Relations**, Cambridge v. 50, 1996, p. 150-160.

CLAXTON, Maj. Cain. Plans underway for African Lion, Africa's biggest military exercise. **Southern European Task Force**, Agadir, 2021. Disponível em: <https://www.africom.mil/article/33470/plans-underway-for-african-lion-africas-biggest-military-exercise>. Acesso em: 25 maio 2021.

CODEBOOK: Inclusion Criteria and Variables. **Global Terrorism Database: START**, University of Maryland, [s. l.], 2019.

COELHO, Helder José Banha. Questões Conceptuais da Guerra ao Terror, ao Terrorismo e aos Terroristas. **Instituto de Estudos Superiores Militares**, [s. l.], 2010-2011, (não entendi esta referência)

COMANDO Militar Americano para África sem interesse em ter sede em Cabo Verde. [S. l.], 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/comando-militar-americano-para-africa-sem-interesse-em-ter-sede-em-cabo-verde-9308806.html>. Acesso em: 4 nov. 2020.

COMPONENTE militar Amison. Amison, [s. l.], 2021? Disponível em: <https://amisom-au.org/mission-profile/military-component/>. Acesso em: 23 abril 2021.

CONDE, Leandro Carlos Dias. Revisitando a “Guerra ao Terror”: terrorismo e política externa norte-americana no pós-Guerra Fria. **Conjuntura Global**, [S.l.], v. 4, n. 1, jan./abril 2015, p. 70-83.

DANNREUTHER, Roland; PETERSON, John. “Introduction: Security Strategy as Doctrine”. In: DANNREUTHER, Roland; PETERSON, John. **Security Strategy and Transatlantic Relations**, [S.l.], 2006, p. 1-15.

DATA on terrorist attacks between 1970 – 2019. globalterrorismdb_0221dist atques de 1990 a 2019. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://gtd.terrorismdata.com/files/gtd-1970-2019-4/>. Acesso em: 11 maio 2021.

DOYLE, Charles. The USA PATRIOT Act: A Sketch. **CRS Report for Congress**, [s. l.], 2002.

DUARTE, Luciano Antunes. U.S AFRICOM: Pressuposto, Formação e Atuação. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2014, p. 72-91.

DUTRA, Walkiria Zambrzycki. “Guerra ao Terror”: (des)construção de uma resposta estratégica de combate ao terrorismo. **Revista Estudos Políticos**, [s. l.], v. 6, N.1, ISSN 2177-2851, 2015, p. 161-181. (retire o ISSN: se o mantiver aqui, ele deverá ser adicionado a todas as demais referências para padronizar o texto)

ELLIOT, Ashley; HOLZER, Georg-Sebastian. The invention of ‘terrorism’ in Somalia: paradigms and policy in US foreign relations. **South African Journal of International Affairs**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2009 p. 215-244.

ESCARRAS, François. Política de Cooperação Francesa em África. **Instituto de Estudos Superiores Militares**, Lisboa, 2008/2009. (não entendi a referência)

EUROPEAN UNION. Shared Vision Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union’s Foreign And Security Policy, [S. l.], 2016. Disponível em: <http://europa.eu/globalstrategy/en>. Acesso em: 26/04/2021

FERRAS, Patrick. As lições retiradas da chegada da China à República do Jibuti. **Relações Internacionais**, [S.l.], mar. 2020 p. 087-101. (não entendi a referência)

FILHO, Pio Penna. África: desafios e oportunidades no novo milênio. **Revista de Educação Pública** Cuiabá, v. 21, n. 46, maio/ago. 2012, p. 303-318.

FILHO, Pio Penna. Guerra e fome na Somália. **Meridiano 47**, [S. l.] vol. 12, n. 128, nov/dez 2011, p. 42- 49.

FILHO, Pio Penna; BADOU, Koffi Robert. A França na África: as intervenções militares e suas motivações – o caso da Costa do Marfim. **Associação Brasileira de Relações Internacionais**, [S. l.], v. 9, n. 2, jul./dez. 2014, p. 156 a 172.

FRAGILE STATES INDEX ANNUAL REPORT. Fragile States Index. Powered by The Fund for Peace, [s. l.], 2019.

GALITO, Maria Souza. O Terrorismo na Região de Sahel. **Centro de Estudos sobre a África e do desenvolvimento**. Instituto Superior de Economia e Gestão, [S. l.], 2013, p. 2-35.

FOREST, James J. F; CRISPIN, Rebecca. AFRICOM: Trouble infancy, Promising Future. **Contemporary Security Policy**, [S. l.], DOI: 10.1080/13523260902759753, 2009, p. 5-27.

GREIDANUS, Harm et al. Satellite SAR Ship Detections from PMAR in Support of Cutlass Express. JRC European Commission. **JRC Scientific and Technical Reports**, Luxembourg, 2011.

GTD: Banco de dados global de terrorismo. **Países com mais ataques em 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017**. Disponível em: <http://apps.start.umd.edu/gtd/globe/index.html>. Acesso em: 26/10/2020. (se os dados foram extraídos de relatórios distintos, é preciso listar cada um deles; se foi extraído de um único relatório, basta citar o ano desses relatório; da forma como está referenciada no texto e de acordo com o que conversamos, você buscou as informações em relatórios distintos)

GREY, Robert D. “The Us and the Post Cold War Era”. In: BUCKLEY, Mary; SINGH, Robert. **The Bush Doctrine and the War on Terrorism: Global Responses, Global Consequences.** Routledge Taylor & Francis Group, [S. l.], 2002.

HOUSE, The White. The National Security Strategy of the United States of America. **National Security Strategy**, disponível em <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>, 2002.

_____. The National Security Strategy of the United States of America. **National Security Strategy**, disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf, 2010.

HONG-MIN, Zhang. A Política Chinesa na África. Abrindo os Olhos para a China. **Org. Beluce Bellucci**, Rio de Janeiro, 2004, p. 233 - 294. (não entendi)

HOWORTH, Jolyon. “The US National Security Strategy: European Reactions” In: DANNREUTHER, Roland; PETERSON, John. **Security Strategy and Transatlantic Relations**, [S.l.], 2006, p. 28-41.

HUDDLESTON, Vicki. África, el AFRICOM y el camino hacia la estabilidad. **Real Instituto Elcano**, [S.l.], 17 jun. 2010. (não entendi)

ISSA, Jahi; FARAJI, Salim. The Obama Administration: Revisiting and Reconsidering AFRICOM. **The Journal of Pan African Studies**, [s. l.], v.1.2, n.9, 2009, p. 260-263.

IZECKSOHN, Júlia. Somália: **USA bombardeia posições de grupo contrário à intervenção imperialista**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/15169-somalia-usa-bombardeia-posicoes-de-grupo-contrario-a-intervencao-imperialista>. Acesso em: 26 abr. 2021.

JAMIESON, Captain (SAN) D G. AFRICOM: a threat or an opportunity for African security? **South African Journal of International Affairs**, [s. l.], dez. 2009, p. 311-329, DOI: 10.1080/10220460903495215. (retire o DOI)

LAWSON, Letitia. U.S. Africa Policy Since the Cold War. **Strategic Insights**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2007, p.???

LIMA, Bernardo Pires de. Equilíbrios de Poder na África Subsariana: do Terrorismo Islâmico ao Falhanço de uma Região. **Nação e Defesa**, [s. l.], n. 114, 3.ª Série, 2006, p. 75-97. (3ª Série?)

Faça uma boa revisão destas referências: os erros que identifiquei até aqui repetem-se a seguir:

LUTZ, James M; LUTZ, Brenda J. “What Is Terrorism? Definition and Classification” In: LUTZ, James M; LUTZ, Brenda J. **Global Terrorism**. New York, 2008, p. 7-24.

MARCH, Luke. “Security Strategy and the “Russia Problem””. In: DANNREUTHER, Roland; PETERSON, John. **Security Strategy and Transatlantic Relations**, [s. l.], 2006, p. 88-103.

MENKHAUS, Ken. The Crisis in Somalia: Tragedy in Five Facts. **African Affairs**, [s. l.], ed. 106/204, 2007, p. 257-390.

M Lekota: Monitoring and Evaluation media briefing. Governo da África do Sul, [s. l.], 2007. Disponível em: <https://www.gov.za/m-lekota-monitoring-and-evaluation-media-briefing-august-2007>, acesso: 05/05/2021.

MOLINA- SCHAEFER, Mj. Maia. US Delivers Tactical Equipment to Niger. **U.S. Embassy, Niger**, Niamey, jun. 2019. Disponível em: <https://www.africom.mil/article/31920/us-delivers-tactical-equipment-to-niger>. Acesso em: 25 maio 2021.

NASSER, Reginaldo Mattar. “As Fálacias do Conceito de “Terrorismo Religioso””. In: SOUZA, André de Mello e. et al. **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: Reflexões Sobre o Terrorismo no Século XXI**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Brasília, 2014, p. 56-87.

NASSER, Reginaldo Mattar; TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. “A Doutrina Bush e a Construção de um Ordel Liberal?”. In: CEPIK, Marco. **Segurança Internacional: Práticas, Tendências e Conceitos**, [s. l.], 2010, p.177-198.

NETO, Arnaldo Alves da Costa. **A Política Externa Norteamericana após os Atentados Terroristas de 11 de Setembro de 2001**. 2010. 71 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentado ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2010.

NGBOAWAJI, Daniel. AFRICOM and the Gulf of Guinea security Initiative: Strategic implications for Nigeria. **Mustang Journal of Business & Ethics**, [S. l.] v. 4, maio 2013.

MONTEIRO, Ana. Dinâmicas da Al Shabaab. **Nação e Defesa**, n.131, [S. l.], 2012, 5º série, p. 155-173.

MOLLOY, Seán. “Security Strategy and the “War on Terror””. In: DANNREUTHER, Roland; PETERSON, John. **Security Strategy and Transatlantic Relations**, [S. l.], 2006, p.56-70.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. A África desde o Fim da Guerra Fria. **Relações Internacionais**, [S. l.], dez. 2009, p. 093-114.

ONUOHA, Freedom C.; EZIRIM, Gerald E. **The Planned Africom Base in West Africa: A Estrategy Framework of Resistance for Nigeria**, [s. l.], 2010.

ONU NEWS. **ONU diz que Força Conjunta G5 do Sahel vem aumentando ritmo operacional**. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/11/1733102>. Acesso em: 11 maio 2021.

PAINCEIRA, Andrés Gacio. Somalia: Piratería y Terrorismo. **Temas Generales**, [s. l.], 2011, p. 37-48.

PARENTI, Maria Carolina Chiquinatto et al. A Somália e o Al Shabaab. Série Conflitos Internacionais. **Observatório de Conflitos Internacionais**, [s. l.], v. 3 n. 6, 2016, p. 1-8.

PAUTASSO, Diego. O PAPEL DA ÁFRICA NA NOVA ROTA DA SEDA MARÍTIMA. **Revista Brasileira de Estudos Africanos** e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907, [s. l.], v.1, n.2, Jul./Dez. 2016, p.124-136.

PELZ, Daniel. **EUA reduzem presença militar em África**. Deutsche Welle (DW), [s. l.], nov. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/eua-reduzem-presen%C3%A7a-militar-em-%C3%A1frica/a-46424225>. Acesso em: 8 abr. 2021.

PEREIRA, António Martins. A Parceria de Paz e Segurança na Estratégia Conjunta África-União Europeia: Realidades e Desafios. **Nação e Defesa**, [s. l.], n.129, 5º série, 2011, p. 91-109.

PINTO, José Filipe. As Relações Europa - África: Perspectiva Diacrónica. **Africanologia - Revista Lusófona de Estudos Africanos**, [s. l.], 2009, p. 37-45.

PHAM, J Peter. AFRICOM from Bush to Obama. **South African Journal of International Affairs**, [s. l.], 2011.

RANDIG, Rodrigo Wiese. Somália & Somalilândia: uma ilusão coletiva e um fato ignorado. **Meridiano 47**, [s. l.], n. 100, 2008, p. 21 a 28.

REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Bandung, 1955: Ponto de Encontro Global. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 42, maio/ago. 2019, p. 309-332, ISSN 2175-7976 DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2019v26n42p309>.

RODRIGUEZ, General David M. **Statement of General Stephen J. Townsend, United States Army Commander**. Posture Statement to Congress, [S. l.], 2016.

ROQUE, Paula Cristina. Somalia: Understanding Al-Shabaab. **Institute for Security Studies Situation Report**, [S. l.], 2009, p. 1-5.

RÚSSIA FEDERATION. Foreign Policy Concept of the Russian Federation (approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin on November 30, 2016). The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, Moscou, dez. 2016.

SALAFISMO, Rigor e interpretação Literal do Corão. **G1 Mundo Notícias**, [S. l.], 2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1272180-5602,00-O+SALAFISMO+RIGOR+E+INTERPRETACAO+LITERAL+DO+CORAO.html>. Acesso em: 27 maio 2021.

SÁNCHEZ, Alberto Francisco Arcos. EL Terrorismo de Al Shabaab En Somalia. **Temas Generales**, [S. l.], 2014, p. 635-648.

SANTOS, Luísa Claudia Faria dos. **Os Atuais Impactos Sociais da Sharia**. [s. l.], 2016.

SANTOS, Luís Ivaldo Villafañe Gomes. **A arquitetura de paz e segurança africana**. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/855> *Arquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africana_A.pdf*. Acesso em: 12 maio, 2021.

SARAIVA, Luís Eduardo; JOANA, Pierre-Michel. A Pirataria Desarma-se em Terra: O Caso da Somália. Os Desafios da Pirataria Marítima em África. **Relações Internacionais**, [S. l.], 2011, p. 85-97.

SCHNEIDER, Eduardo Augusto S. da C. Pirataria Marítima: A Experiência Somália. **Revista de Direito Internacional, Uniceub**, Brasília, v. 12, n.1, 2015, p. 302-320.

SHEIKH, Abdi; OMAR, Feisal. **Islamist group al Shabaab kills 15 soldiers**: Somali military. Reuters, [S. l.], fev. 2021. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-somalia-attacks-idUSKC N0XS11H>>. Acesso em: 12 maio, 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Estados Unidos e a Guerra Contra o Terrorismo. **Revista Princípios**, [S. l.], ed.75, out/nov. 2004, p. 27-30.

SOMALIA and the EU. **Delegation of the European Union to Somalia**, [S. l.], 2016. Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/somalia/1764/somalia-and-eu_en. Acesso em: 22 maio 2021.

TAVARES, Rodrigo. **O legado da Presidência Bush em África**: América e o Mundo depois de Bush. *Relações Internacionais*, [S. l.], set. 2008, p. 159-17.

TOWNSEND, General Stephen J. **Statement of General Stephen J. Townsend, United States Army Commander**. Posture Statement to Congress, [S. l.], 2020.

TEIXEIRA, António Rebelo. Segurança regional em África. As Forças Armadas dos PALOP. **Janus**, [S. l.], 2013, p. 66-67.

TISDALL, Simon. **AFRICA united in rejecting US request for military HQ**. Washington, 2007. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2007/jun/26/usa.topstories3>. Acesso em: 10 maio 2021.

UGWUJA, Alex Amaechi. The United States' Africa Command (AFRICOM) and Africa's Security in the TwentyFirst Century. **Renaissance University Journal of Management and Social Sciences (RUJMASS)**, [S. l.], v. 4, n.1, jul. 2018, p. 61-84.

UNITED STATES AFRICA COMMAND. **The First ten years**. Africom, [S. l.], 2015.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Report of the Secretary-General on the situation in Somalia**, [S. l.], dez. 2010. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4b66f4e10.html>. Acesso em: 25 maio. 21.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Revoluções e Relações Internacionais: O caso Africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [S. l.], e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907, v.1, n.1, jan/jun. 2016, p. 111-129.

VOLMAN, Daniel. "AFRICOM: What Is It and What Will It do?" In: VOLMAN, Daniel; BENJAMIN, Jesse. **Introduction to AFRICOM Special Issue**: Analysis and Activism. *ACAS Bulletin*, [S. l.], n. 78, 2007, p. 15- 16.

WILEY, Major Curtis. Could Lessons Learned in Somalia be beneficial to Africa Command (AFRICOM)? **Master of Military Studies**, 2008.

.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário
 Caixa Postal 86 | CEP 74605-010
 Goiânia | Goiás | Brasil
 Fone: (62) 3946.1020 ou 1021 | 0
 www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO n° 038/2020 – CEPE

ANEXO I APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Juliana Cota Novonha do Curso de Relações Internacionais matrícula 2017204300010 telefone: 62982568387 e-mail Juliana.CotaNovonha@pucgoias.edu.br com qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Atuação da Polícia em Combate ao Terrorismo na África: O Caso Al-Shabaab na Somália gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia 21 de junho de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): Juliana Cota Novonha

Nome completo do(s) autor(es): Juliana Cota Novonha

Assinatura do professor-orientador: _____

Nome completo do professor-orientador: _____